Sumário

Número de notícias: 28 | Número de veículos: 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Apreensão de remédios supera registros de 2025 em 186% . . . 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Redução de benefícios fiscais mira "andar de cima" e ataca distorções . . . 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Deputados descartam adiar tributária . . . 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ANFIP
STF fará análise individual de apurações das "fake news" . . . 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Receita de Consenso abre caminho para prevenir litígios tributários . . . 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Após Master, CNJ aprova regra para venda de precatórios . . . 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Diretor da PF deixa entidade de classe e amplia crise interna . . . 14

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL
BC paraguaio paga 95% dos clientes do ueno . . . 16

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL
Quem vai cuidar dos idosos do Brasil? Por que o envelhecimento acelerado é o desafio do século . . . 17

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Empresas fazem cálculos do fim da escala 6x1 e estudam estratégias para adotar novo modelo . . . 24

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Série de pendências na reforma tributária preocupa empresas . . . 27

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Relator quer votar regulação da IA este ano . . . 29

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Split payment: eficiência fiscal pode beneficiar empresas . . . 30

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Pressão para adiar implementação da reforma tributária cresce, mas deputados descartam mudança no calendário

. 32

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Você sabe o que é split payment ? Entenda mecanismo que separa imposto em pagamentos previsto para outubro de 2027
. 33

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma Tributária: Fazenda deve anunciar medidas para manter calendário de 2027 e evitar multas na transição
. 34

PORTAL R7 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Imposto Seletivo sobre aeronaves gera incerteza e pode travar frota no país 35

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Conselho da Justiça Federal recua em crédito para pagar penduricalhos 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Operação sobrevida para o BRB 38

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
O Petrobras lucra R$ 39,75 bilhões no 3 tri, alta de 21,5% 39

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Embraer intensifica negociações na Índia e nos Estados Unidos 40

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Dólar: maior cotação desde julho de 2025 42

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Pacote do governo mira gastos e isenções, em ajuste de R$ 50 bilhões 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Para BC, dólar e El Niño são pontos que pioram previsões de inflação 44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Inflação dos EUA sobe acima de projeções 45

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Desconfie de solução simples para questão complexa, diz Galípolo 46

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Espaço estreito para discutir ajuste 47

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA
Inflação nos EUA acima do esperado amplia pressão sobre Trump 49

Apreensão de remédios supera registros de 2025 em 186%

MICHELE LOUREIRO* E LETICIA LOPES
economia@oglobo.com.br SÃO PAULO (*Do Valor)

Volume em 9 meses é quase o triplo de todo o ano passado, diz Receita

Todos os dias, carros-fortes da Brink's, empresa especializada em segurança e transporte de valores, saem às ruas brasileiras com uma carga que, até pouco tempo, parecia improvável para veículos associados ao transporte de dinheiro: medicamentos. Abordo, quatro profissionais armados protegem lotes de produtos que podem custar mais de R$ 5 milhões, enquanto sistemas monitoram rotas e temperatura.

O aparato revela a preocupação da cadeia farmacêutica com roubos, furtos e desvios que alimentam o comércio clandestino. Entre janeiro e setembro deste ano, a **Receita Federal** apreendeu R$ 196,2 milhões em medicamentos irregulares, valor 186% superior aos R$ 68,6 milhões recolhidos em todo o ano de 2025. O salto n asa preensõe sé atribuído pela Receitaà expansão do mercado irregular de canetas emagrecedoras, anabolizantes e peptídeos.

-Vamos ampliar nossa frota de 15 para 20 veículos refrigerados dedicados ao transporte de medicamentos até o início de 2027, para atendera essa demanda- diz Filipe Coelho, diretor da Brink's Log no Brasil.

UM ROUBO ACADA 2 HORAS

Nas farmácias paulistas, acada duas horas e 17 minutos, uma das nove grandes redes pesquisadas pela Associação Brasileira de Farmácias e Drogarias (Abrafarma) registrou um roubo ou furto em 2025. Foram 3.838 ocorrências, com 58.898 unidades de medicamentos da classe GLP-1 subtraídas. O prejuízo chegou aR $68,97 milhões, equivalente aquase R $189 mil por dia ou R$ 18 mil por ocorrência. A capital paulista concentrou 64% dos casos.

- São produtos que concentram um valor expressivo em poucas unidades, o que desperta o interesse de organizações criminosas - afirma Sergio Mena Barreto, CEO da Abrafarma.

A insegurança também mudou alogística das distribuidoras. Remessas menores reduzem o valor exposto em cada viagem, mas aumentam os custos de transporte, enquanto cargas concentradas ampliam o prejuízo potencial em caso de roubo.

- Não existe uma solução única para todos os medicamentos e destinos - afirma Paulo Maia, presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores de Medicamentos Especializados, Excepcionais e Hospitalares (Abradimex).

E leci taque, em 2024, cargas roubadas de medicamentos somavam R$ 283 milhões em produtos, patamar que alcançou cerca de R$ 288 milhões no ano passado:

- Dependendo da região, a negociação coma segurado ratem sido mui tomais difícil ecara por contados roubos e, em alguns casos, a operadora de seguros nem aceita fechara cobertura.

Segundo estudo da Deloitte encomendado pela Abradimex,

metade das distribuidoras elevou em até 20% os investimentos em segurança nos dois anos anteriores ao levantamento, enquanto 33% tiver amalta de 20% a 40%, e outras 17%, de 40% a 60%.

A indústria ainda enfrenta outra ameaça: a possibilidade de cargas desviadas retornarem ao mercado sem garantia de procedência e conservação.

-Medicamento que circula fora da cadeia controlada é um risco para o paciente, mesmo quando a embalagem é original - afirma Renato Porto, presidente-executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma).

A farmacêutica Lilly também acompanha a entrada de remédios contrabandeados no Brasil. E alerta para a venda e o uso de produtos à base de tirzepatida que não foram avaliadose aprovados pela An visa. "Pr odu tosàba sede tirzepatida de origemp araguaia são ilegais, não verificados e representam sérios riscos às e gu rançados pacientes- e ninguém deve utilizá-los", diz a empresa queéaúnic aquetem autorização da An vi sapara comercializar o produto no país, coma marca Mounjaro.

Essa reportagem faz parte do projeto Mercado Ilegal, uma realização dos jornais O GLOBO, Valor Econômico e Extra e da rádio CBN, com patrocínio da Philip Morris Brasil, do Instituto Combustível Legal, do Mercado Livre, da BAT Brasil e da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), e apoio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD) e da Aegea.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Redução de benefícios fiscais mira "andar de cima" e ataca distorções

Muitos gastos e subsídios tributários já foram alvos de tentativas recentes de promover o ajuste. Parte passou ilesa Giosvaldo Teixeira

Rever e reduzir benefícios e subsídios fiscais é uma forma de mirar o andar de cima na hora de fazer o ajuste fiscal e ainda ajuda a atacar distorções que prejudicam a economia brasileira, avaliam especialistas.

Segundo estimativas do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público (CPFO) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) , o gasto tributário do país atingiu R$ 954,73 bilhões em 2026, sendo que aproximadamente dois terços (R$ 621 bilhões) são federais.

Para 2027, a projeção é que fatia da União caia para R$ 434,2 bilhões - a mudança, no entanto, é apenas preliminar e ocorre porque serão extintos os benefícios relativos ao PIS/Cofins, que deixa de existir com a entrada em vigor da CBS. Os benefícios atrelados ao novo tributo ainda não foram contabilizados.

Um exemplo é a emissão de títulos isentos de Imposto de Renda (IR) - que voltou a entrar na pauta após tentativa frustrada ano passado. Nas contas do CPFO, apenas a isenção às Letras de Crédito da Agricultura (LCAs) e da Indústria (LCIs) custa R$ 17 bilhões ao Tesouro. Outras projeções, que abarcam outros instrumentos como as debêntures incentivadas, superam R$ 30,5 bilhões.

"Essas isenções tinham uma motivação inicial que era incentivar esse segmentos. Mas o mercado de capitais cresceu. Faz sentido, por exemplo, continuar incentivando o agronegócio, que já conta com uma série de outras linhas de financiamento, muitas subsidiadas?", questiona Alessandra Ribeiro, sócia e diretora de Macroeconomia e Análise Setorial da Tendências Consultoria.

Ela explica que o Tesouro perde em duas pontas com a sobrevivência desses instrumentos. Além do IR, que deixa de ser arrecadado, é obrigado a oferecer taxas maiores para colocar no mercado seus próprios títulos - que pagam IR - para compensar a atratividade dos isentos.

Outro exemplo são mudanças no Simples Nacional e do Micro Empreendedor Individual (MEI). Economistas criticam os programas por ter limite muito alto, o que os afasta de seus objetivos originais, que é fomentar micro e pequenas empresas ou empreendedores. Atualmente, o limite do primeiro é R$ 4,8 milhões de receita bruta anual e do segundo, de R$ 81 mil anual que deve crescer a R$ 140 mil em 2028 após aprovação de uma lei a 11 dias do segundo turno das eleições presidenciais.

"Muitos profissionais liberais acabam criando empresas no Simples para aproveitar o recolhimento menor. O regime também incentiva empresas a ficarem pequenas para manter o benefício", afirma Ribeiro. "Uma empresa menor deixa de se desenvolver, ter ganhos de escala, se modernizar, ter mais produtividade."

No caso do MEI, o aumento do teto do regime ocorreu sem alterar a contribuição para a **Previdência Social**, que segue muito abaixo da contribuição do trabalhador CLT.

"Um profissional do MEI que ganha R$ 12 mil por mês vai continuar pagando R$ 80 de contribuição e poderá receber um salário mínimo lá na frente. Isso é 0,07% do seu rendimento mensal. Já um empregado com carteira que recebe, hoje, um salário mínimo, contribui com 7,5% para o **INSS**, fora os 20% da contribuição patronal, que no fundo, deixa de ir para ele. Para ter direito à mesma aposentadoria. É muito desproporcional", critica Sergio Firpo, coordenador do Observatório da Qualidade do Gasto Público do Insper.

Em sua proposta de ajuste, publicada ontem pelo Valor , ele elencou oito medidas que miram os gastos tributários e resultam, juntas, em economia líquida de aproximadamente R$ 79 bilhões - já descontadas as interseções com outras políticas, capacidade de recuperação, entre outros. É quase um quarto (22,4%) da economia total de sua proposta.

"E, diferentemente de outras intervenções, como a reforma paramétrica da **Previdência Social**, que demora para trazer economia, essas podem dar resultado rápido, desde que aprovadas", salienta. Além disso, acrescenta, o caminho no Congresso é relativamente mais fácil, porque a maioria pode passar via lei ordinária ou complementar, ao contrário de

temas como a reforma da Previdência ou a administrativa, que necessitam de emenda à Constituição.

Firpo reforça que muitos desses gastos tributários são regressivos, beneficiando sobretudo os mais ricos. "As deduções de saúde e educação do IR, por exemplo. O pobre não paga imposto. A classe média opta, majoritariamente, pela declaração simplificada. Então elas só beneficiam quem faz declaração completa."

Giosvaldo Teixeira, pesquisador do CPFO do FGV Ibre, lembra que muitos desses gastos e subsídios tributários já foram alvos do governo em tentativas recentes de promover o ajuste. Muitos passaram ilesos devido à forte resistência política de grupos com influência no Congresso. A **reforma tributária**, por exemplo, manteve os benefícios para a Zona Franca de Manaus (ZFM) até 2073.

Um caso dessa dificuldade: a lei complementar aprovada no ano passado que promoveu um corte linear de 10% em gastos tributários atingiu parcela reduzida do universo de federais: R$ 130 bilhões. "E a economia estimada pela **Receita Federal** não é um para um, mas cerca de R$ 10 bilhões. Isso acontece porque esse gasto incentiva uma atividade em determinado setor. Sem ele, a operação pode cair ou, às vezes, até fechar", explica.

Ainda assim, Teixeira avalia que o caminho adiante pode ser mirar justamente nos programas que costumam ser poupados, para evitar a insegurança jurídica de mexer nos que já foram alvos de tentativas passadas. Neste grupo, estão programas que envolvem grandes somas, como o Simples Nacional (R$ 134,3 bilhões), Entidades sem fins lucrativos (R$ 55,9 bilhões), desoneração da cesta básica (R$ 45,1 bilhões), mas também os fundos constitucionais (R$ 2,5 bilhões), ProUni (R$ 3,9 bilhões), livros (R$ 2,7 bilhões).

Entre outras possibilidades, ele também sugere olhar para política de exportação da produção rural, que isenta produtores e a agroindústria de pagamento da contribuição patronal à Previdência. O benefício custa R$ 23,7 bilhões aos cofres públicos, diz Teixeira, "mas uma avaliação do Cmap [Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, ligado ao Ministério do Planejamento e Orçamento] não encontrou indícios de que contribuiu para o aumento de competitividade da exportação", explica.

Firpo reconhece que será difícil enfrentar lobbies poderosos instalados no Congresso. "Mas, se o ponto é fazer um ajuste fiscal, é preciso lutar para não colocar a conta somente de um lado - no salário mínimo, na educação. Quem tem mais condição também tem que ajudar."

Deputados descartam adiar tributária

=Deputados federais afirmaram que não há discussão sobre o adiamento da **reforma tributária** sobre o consumo e que o governo federal e o Congresso trabalham para iniciar a implementação do novo sistema em 1 de janeiro de 2027.

As declarações foram dadas após reunião com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, nesta terça-feira. Participaram do encontro os deputados Augusto Coutinho (Republicanos-PE), Cláudio Cajado (PP-BA), Hildo Rocha (MDBMA), Joaquim Passarinho (PL-PA) e Luiz Gastão (PSD-CE).

Coutinho afirmou que a possibilidade de adiamento não está em discussão. "A questão do adiamento não está na cabeça dele [Dario Durigan], não está na nossa cabeça", disse. "Acho que a gente tem que implementar a reforma, foi muito elaborada, muito estudada", acrescentou. O deputado disse ter saído satisfeito da conversa com o ministro.

Segundo o político do Republicanos,

o presidente da Câmara, Hugo Motta (RepublicanosPB) também descartou a hipótese de adiamento. "O presidente da Câmara me disse hoje que não há ideia nenhuma de que a gente tenha adiamento [da implementação da reforma]", disse.

O deputado avaliou ainda que o percentual da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) calculado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ficou "dentro do que a gente imaginava". A alíquota de referência do novo tributo foi calculada em 11,3%. Segundo a Fazenda, a alíquota média efetiva será de 8,5%, após as reduções previstas na reforma.

Presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), Joaquim Passarinho afirmou que o Congresso trabalha com o governo para manter a soma das alíquotas de referência abaixo do limite de 26,5%, previsto em lei, e fará ajustes nas exceções para isso.

"Se não for possível, da mesma forma que nós trabalhamos para ter algumas isenções, vamos ter a responsabilidade de tirar algumas isenções", disse. "Não só porque essa lei manda, porque o nosso eleitor vai cobrar. Ninguém quer pagar imposto mais caro."

Passarinho também descartou eventual redução da alíquota da CBS sem a indicação de medidas compensatórias. "Meter canetada não vai ser", afirmou. Segundo ele, o Senado apresentará seus estudos, que poderão ou não confirmar a alíquota calculada pelo TCU.

Cláudio Cajado também avaliou a reunião como "muito boa" e disse não ver justificativa para adiar a reforma. Segundo ele, 2027 será um ano de ajustes na implementação do novo sistema. "Nós temos que entender uma coisa, vai haver ajustes. Esse próximo ano de 2027 é um ano de ajustes e esses ajustes serão feitos", disse.

O deputado afirmou ainda que Durigan mencionou o compromisso do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), com a votação da resolução que trata da alíquota da CBS. Na Câmara, a orientação é avançar na votação da medida provisória (MP) do Imposto Seletivo assim que for designado o relator, seguindo determinação de Motta, acrescentou o Cajado.

O grupo de deputados também manifestou a Durigan preocupação com os efeitos da implementação da reforma sobre o Simples Nacional, diante do risco de empresas deixarem o regime simplificado em razão da complexidade do novo sistema de tributação. Segundo Passarinho, Durigan compreendeu a preocupação e afirmou que a equipe técnica da Fazenda vai estudar uma forma de simplificar o pagamento de **impostos** para as empresas que eventualmente precisarem deixar o Simples.

Mais cedo nesta terça-feira, o secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, também se reuniu com frentes parlamentares do setor produtivo para discutir a implementação da **reforma tributária**. Entre os principais pontos de preocupação levantados estão a publicação da lista de insumos agropecuários com tratamento tributário diferenciado, a redução da burocracia para pequenos produtores e a possibilidade de prorrogação de prazos de implementação da reforma.

STF fará análise individual de apurações das "fake news"

Após o encerramento do inquérito das "fake news" na segundafeira (10), o gabinete da presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) ainda deverá analisar cada um dos procedimentos investigatórios abertos em conexão com o chamado "inquérito-mãe". Os casos envolvem petições e outros documentos ligados a investigações preliminares.

Segundo a decisão do presidente da Corte, Edson Fachin, os procedimentos serão individualmente examinados e só poderão prosseguir se tiverem um "objeto próprio e determinado", ou seja, se tratar de fatos específicos que merecem apuração, e não uma investigação vaga.

"Procedimentos investigatórios derivados poderão prosseguir quando apresentarem objeto certo, justa causa própria e autoridade competente definida. Para tanto, deverão ser formalmente individualizados, instruídos com os elementos pertinentes e encaminhados, conforme o caso, à ProcuradoriaGeral da República, à Polícia Federal, ao órgão jurisdicional competente ou a outra autoridade com atribuição legal", escreveu o ministro.

Após o exame pelo gabinete, para onde Fachin determinou que os casos fossem encaminhados depois que retirou a relatoria de Alexandre de Moraes, os procedimentos deverão seguir para a PF e, depois, para a PGR, que deverá avaliar quais providências tomar, inclusive, eventualmente oferecendo denúncia ou pedindo o arquivamento de casos específicos. As decisões dependerão de Fachin.

Segundo o advogado criminalista Gustavo Scandelari, a análise deve passar pelo exame dos indícios de existência de crimes e autoria, mas os casos podem acabar sendo redistribuídos a outros ministros da Corte e, ainda, juízes de outras instâncias. "Cada autoridade vai avaliar se esses procedimentos vão poder ter "vida própria". Não há prazo em lei para isso, mas o ministro Edson Fachin deve seguir o princípio da razoabilidade", afirmou.

No despacho em que determinou o arquivamento do inquérito das "fake news", Fachin disse que ainda havia 104 procedimentos pendentes, entre investigações, medidas cautelares, notícias de fato e inquéritos. Um deles é o inquérito que investiga o suposto vazamento de dados de familiares de ministros. Segundo o despacho, "houve a determinação de redistribuição dos autos dentre os ministros integrantes do Supremo Tribunal Federal" em 29 de outubro. Com isso, Moraes deixou de ser o relator do caso e o ministro André Mendonça assumiu o seu comando.

Em relação a este caso, a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal (Unafisco) pediu, na terça-feira (9), a revogação de medidas cautelares impostas ao auditor Ricardo Mansano, um dos alvos da operação autorizada por Moraes em fevereiro de 2026. Ele também foi afastado do cargo que ocupava na Delegacia da **Receita Federal** em Presidente Prudente (SP).

A colegas do Fisco, Mansano teria dito que acessou por engano os dados de uma enteada do ministro Gilmar Mendes, filha de sua exmulher, Guiomar Feitosa. Segundo relatos, o auditor-fiscal queria obter dados de 2008 de uma conhecida de mesmo nome e sobrenome, mas, ao acessar as informações, recebeu um aviso de "pessoa politicamente exposta".

Outro caso, também sob sigilo, foi enviado à outra instância, por incompetência do STF para julgálo, o que pode ocorrer com outros procedimentos.

Fachin ainda citou o arquivamento de investigações que tinham como alvos o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro, o pastor Silas Malafaia, o presidente do Partido da Causa Operária (PCO), Rui Costa Pimenta, e o ex-ministro de Turismo Gilson Machado, entre outros. O presidente do Supremo também aguarda informações da PF a respeito de uma apuração sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro, que está preso em regime domiciliar.

Além disso, o ministro afirmou que houve mais de 1,6 mil ações penais abertas derivadas do inquérito das "fake news", que envolvem desde ameaças a integrantes da Corte até os atos golpistas do 8 de janeiro de 2023. Também há quatro investigações em que a PGR apresentou denúncia e que deverão seguir de maneira autônoma perante o tribunal competente para julgá-los. Os casos envolvem o financiamento dos bloqueios e manifestações de rodovias federais em 2022, além do impedimento da circulação de veículos no contexto pós-eleições e, ainda, um sobre ameaças contra Gilmar.

O ministro também destacou que o encerramento do inquérito principal não poderá ser usado como argumento para alegar a nulidade dos atos praticados nele, de maneira individual.

Na decisão, Fachin ainda determinou que, em um primeiro momento, o sigilo seja preservado. A medida deve valer até que seja organizado um apenso separado com os dados relacionados à intimidade e a vida privada de pessoas e autoridades públicas mencionadas ao longo das apurações. Os dados envolvem sigilos bancário, fiscal, telefônico e a vida privada.

Quando o anexo com essas informações for finalizado, deverá ter o sigilo preservado. Os demais dados, contudo, terão o seu sigilo levantado e serão abertos ao público.

A determinação, no entanto, contraria a manifestação da PGR, que havia defendido a manutenção do sigilo de todo o inquérito mesmo após o seu encerramento definitivo.

"O sigilo dos autos deverá ser mantido até a formação de apenso com publicidade restrita para resguardar tais direitos. Após a conclusão desse procedimento, levante-se, imediatamente o sigilo dos autos", disse o ministro.

Receita de Consenso abre caminho para prevenir litígios tributários

Livia De Carli Germano e Marcela da Frada Lustoza

E se a melhor forma de vencer uma disputa tributária fosse evitá-la? No Brasil, a pergunta pode soar ingênua. O Fisco e as empresas habituaram-se a dialogar na linguagem do auto de infração, da impugnação e dos recursos, e a descobrir suas divergências quando já não há o que ajustar, apenas o que litigar. O preço desse hábito é conhecido: anos de incerteza, provisões no balanço e custos extras que não agregam a nenhum dos lados.

O Programa Receita de Consenso procura antecipar esse diálogo, quando ainda é possível rever premissas e ajustar operações sem atravessar anos de litígio. Instituído em 2024, o programa celebrou seus primeiros acordos neste ano, tendo ganhado novo impulso com a Portaria RFB nº 715/2026, publicada em 11 de agosto.

Trata-se de uma clara evolução quando comparado ao processo administrativo de consulta previsto na Lei nº 9.430/1996 pois, em lugar de enviar o questionamento à **Receita Federal** e aguardar, passivamente, uma resposta, o Receita de Consenso pressupõe efetivo diálogo com as autoridades quanto ao tratamento tributário aplicável a atos ou negócios já realizados ou ainda planejados.

Voltado à prevenção e à solução de questões tributárias e aduaneiras, o programa se orienta pela imparcialidade, voluntariedade e boa-fé mútua, concretizando o princípio da cooperação incluído no parágrafo 3º do artigo 145 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 132/2023, no contexto das alterações trazidas pela **reforma tributária**.

As tratativas ocorrem no recém-criado Centro de Prevenção e Solução de Conflitos Tributários e Aduaneiros (Cecat), vinculado à Subsecretaria de Tributação e Contencioso (Sutri), perante equipe especializada e independente da fiscalização. Havendo consenso, a solução é formalizada em termo vinculante para as partes e importa renúncia às discussões administrativas e judiciais sobre as matérias abrangidas.

O acesso ainda é restrito. Apenas podem participar empresas certificadas em programas de conformidade da **Receita Federal**, como Confia, Operador Econômico Autorizado (OEA) e Sintonia A+, além de entidades da administração pública direta e indireta.

A iniciativa pode ser acionada durante uma fiscalização já em curso, diante de discordância sobre o entendimento preliminar da autoridade, ou previamente, para definir o tratamento tributário de uma operação. A Portaria RFB nº 715/2026 reforçou essa dimensão preventiva ao admitir a análise de estruturas ainda não implementadas. Também é possível regularizar fatos passados, com possível exclusão da multa de mora por aplicação da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional.

Após a análise de admissibilidade, a proposta é debatida em audiências gravadas, presenciais ou virtuais, com representantes do Fisco e do contribuinte, admitindo-se, ainda, a participação de especialistas. A conclusão deve ocorrer em até 90 dias, prorrogáveis uma vez por igual período, salvo quando restarem menos de 180 dias para eventual lançamento de **tributos**.

Há limites expressos. Ficam excluídos casos de fraude, sonegação, contrabando ou crimes tributários, os fatos geradores para os quais restem menos de 360 dias para a constituição do crédito tributário, assim como matérias já discutidas em processo administrativo ou judicial relativo aos mesmos fatos e períodos.

O consenso alcançado é publicado por Ato Declaratório Executivo (ADE), cujo descumprimento impede perda de eficácia do ato e impede novo ingresso no programa por dois anos. Caso não haja acordo, o caso é encerrado sem que a empresa fique vinculada ao entendimento manifestado pelo Fisco - outra diferença relevante em relação ao tradicional processo de consulta previsto na Lei nº 9.430/1996.

Os primeiros ADEs mostram a variedade dos temas submetidos ao mecanismo. As soluções incluem o reconhecimento da não incidência de contribuições previdenciárias sobre prêmios por desempenho superior, o reconhecimento do direito à apropriação de créditos de PIS/Cofins sobre materiais de embalagem,

assim como ajustes no cumprimento de requisitos de regimes aduaneiros especiais. Em um dos casos, por exemplo, a composição resultou na aplicação de multa **aduaneira** reduzida de 10%, desfecho especialmente relevante nesta seara na qual certas infrações podem levar à pena de perdimento da mercadoria.

Embora vinculem apenas os participantes, os acordos publicados podem formar um repertório útil para negociações futuras e, inclusive, influenciar os contenciosos administrativo e judicial. A regulamentação ainda permite à **Receita Federal** propor atos normativos de alcance geral, quando considerar a medida pertinente.

Para os contribuintes habilitados, o Receita de Consenso oferece uma alternativa mais célere à via litigiosa. Seu uso, porém, exige avaliação estratégica, sobretudo diante da transparência do procedimento e da abrangente renúncia ao contencioso nas matérias acordadas. Os resultados iniciais sugerem que a prevenção de controvérsias tende a integrar a governança tributária das empresas. Afinal, administrar riscos também envolve reconhecer o momento em que ainda é possível discutir a operação, rever premissas e ajustar a rota, antes que a divergência se converta em passivo.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Após Master, CNJ aprova regra para venda de precatórios

BERNARDO LIMA bernardo.lima@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Conselho também deu avala uma resolução que busca reduzir número de ações judiciai sem curso contra o **INSS**

OConselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou ontem, por unanimidade, duas resoluções com impacto sobre as contas públicas e sobre quem tem dinheiro a receber do Estado. A primeira define parâmetros para cessão de créditos de precatórios, as dívidas do poder público reconhecidas em decisões definitivas da Justiça. A segunda cr iauma política nacional para reduzira judicialização de benefícios previdenciários e assistenciais.

As duas minutas já haviam sido apresentadas ao plenário em outubro, masa votação fico upara depois, para que os conselheiros analisassem os textos. Na sessão ordinária de ontem, eles aprovaram as propostas por unanimidade.

A proposta sobre precatórios mira o mercado em que credores vendem, com desconto, o direito de receber esses valores, em geral para não esperar afila de pagamento. A cessão só terá validade perante os tribunais se for feita por escritura pública em cartório, registrada eletronicamente em entidade regulada pelo Banco Central e comunicada a uma nova Central Nacional de Cessões de Créditos de

Precatórios, gerida pelo CNJ.

A escritura terá de informar o valor atualizado do crédito, o valor líquido disponível, a fração vendida, o preço e ode ságio.Acentral manterá uma base pública com os descontos praticados, por tribunal e por ente devedor, e bloqueará registros em duplicidade. Um deságio fora do padrão passa a ser um dos indícios que permitem ao tabelião recusar o negócio, ao lado de coação, fraude e simulação.

A minuta proíbe a venda do precatório ao advogado que representou o credor no processo e prevê cuidados adicionais quando quem vende é pessoa física, como a exigência de comparecer pessoalmente ao cartório. O texto se baseia em nota técnica assinada em outubro pelop residente doCNJ, ministro Edson Fachin, epelop residente do Banco Central, Gabriel Galípolo,

e foi precedido de audiência pública em setembro.

O tema ganhou corpo diante do caso do Banco Master, já que a instituição usava a compra e venda de precatórios para ampliar seu balanço.

A segunda proposta cria a Política Judiciária Nacional para o Tratamento Adequado e Uniforme da Judicialização Previdenciária e Assistencial (PJ-Prev), a ser executada pelo programa AceleraPrev, lançado pelo CNJ em agosto.

O texto aprovado prevê ampliara conciliação, dar prioridade a ações que tramitam há mais de dez anos, que somam mais de 114 mil ações e apoiar varas com acervo acumulado.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Diretor da PF deixa entidade de classe e amplia crise interna

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, pediu desfiliação da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), após participar da entidade de classe por mais de duas décadas. O Valor apurou que o pedido foi feito na quinta-feira (5), em meio à crise interna na corporação que levou ao afastamento de dois delegados que atuavam nas investigações relacionadas ao Banco Master e ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A produção de relatórios sobre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que aparecem nas mensagens de celular do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, teria sido um dos motivos que levou ao desligamento dos dois delegados.

Após uma ordem da chefia da PF, os documentos serão refeitos e o foco, ampliado. Inicialmente, os relatórios foram produzidos sobre os ministros Alexandre de Moraes, Kassio Nunes Marques e Dias Toffoli. Agora, devem mirar as menções a nomes como Luiz Fux, Gilmar Mendes e André Mendonça, que também aparecem em diálogos de Vorcaro com diferentes interlocutores.

Procurado, o diretor-geral não quis comentar sobre a saída da entidade de classe, que representa cerca de 2 mil delegados da PF. A associação tem entre suas principais pautas o mandato fixo para o cargo de diretor-geral da corporação.

Em conversas com interlocutores, Rodrigues não relaciona a desfiliação ao episódio envolvendo os dois delegados que atuavam na coordenação, mas o caso dividiu a corporação. Uma ala viu como grave a decisão de afastar os colegas e passou a defender que o caso precisava ser apurado internamente.

O diretor-geral, no entanto, já vinha demonstrando insatisfação com a associação de classe. Uma das razões seria a falta de uma defesa enfática da ADPF quando ele foi afastado do cargo por ordem de Mendonça - Rodrigues acabou mantido no cargo por decisão de Flávio Dino.

Além disso, a atual gestão da entidade de classe tem sido vista pela chefia da PF como ligada à extrema direita e a avaliação é que a ADPF não teria se manifestado de forma adequada sobre os ataques sofridos pela corporação, sobretudo de grupos bolsonaristas, nos últimos anos. Apesar dessas alegações, o presidente da entidade, delegado Edvandir Paiva, chegou a chefiar a Divisão de Assuntos Parlamentares da PF na gestão de Rodrigues, entre janeiro de 2023 a novembro de 2025.

Oficialmente, os delegados Daniel Cola e Wedson Cajé, que atuavam na coordenação de combate à corrupção da corporação, deixaram os postos de chefia em meio a uma reformulação da Diretoria de

Combate à Corrupção da PF (Dicor). Com a mudança, a Coordenação de Inquéritos nos Tribunais Superiores (Cinq), equipe da PF responsável pelos casos em tramitação no STF, deve ficar subordinada diretamente ao diretor de combate à corrupção, Dennis Calli.

Em nota, na segunda-feira (9), a PF afirmou que as mudanças nos em cargos não iriam afetar as investigações em andamento, entre elas as das operações Compliance Zero (Master) e Sem Desconto (**INSS**).

Nos bastidores, no entanto, a saída dos dois é atribuída à insatisfação da chefia da PF com a produção de relatórios sobre ministros do STF que foram citados em mensagens por Vorcaro. Os documentos, produzidos por Cola e Cajé, foram protocolados internamente no sistema da PF na semana passada, mas a avaliação da cúpula da corporação foi que eles extrapolavam as diretrizes estabelecidas pelo STF sobre como deveriam ser os relatórios sobre os ministros.

O presidente da Corte, Edson Fachin, teve uma reunião com Rodrigues em 13 de outubro para alinhar como deveria ser a atuação da corporação no caso. Antes disso, o ministro já havia enviado ofício ao chefe da PF afirmando que os relatórios sobre integrantes do STF deveriam ser produzidos "sem qualquer exceção de fato ou pessoa" e em caráter "estritamente descritivo". Nesse contexto, a cúpula da PF entendeu que deveria produzir documentos sobre tudo que foi encontrado sobre os ministros, sem fazer uma análise ou juízo de valor sobre os fatos.

Anteriormente, a corporação já havia produzido dois relatórios sobre ministros do STF no caso Master. O primeiro mirou Toffoli e foi encaminhado pelo próprio

diretor-geral a Fachin no primeiro semestre deste ano. Mesmo contendo apenas uma análise feita com base em fontes abertas sobre conteúdos de conversas de Vorcaro, o material foi visto como uma forma de investigação indevida de um ministro da Corte. O STF marcou uma reunião fechada para discutir o documento, que acabou levando Toffoli a se declarar suspeito e deixar a relatoria do caso Master. Depois disso, o relatório foi arquivado.

Em setembro deste ano, a PF produziu outro relatório, desta vez por determinação de Mendonça. O documento focou, principalmente, na relação de Vorcaro com Moraes e foi levado ao plenário do STF.

Alguns ministros consideraram que houve uma investigação indevida, já que somente o plenário poderia autorizar a realização de atos de investigação envolvendo um ministro da Corte. A análise do caso, no entanto, não foi concluída, pois houve um pedido de vista de Dino, que suspendeu a sessão.

Em nota divulgada na terça, a ADPF não comentou a desfiliação de Rodrigues, mas manifestou "repúdio" ao afastamento dos dois delegados. Para a entidade, "as justificativas apresentadas pela Polícia Federal em nota oficial são insuficientes para esclarecer as circunstâncias dos afastamentos e os motivos que levaram à determinação de refazer os documentos produzidos pelos delegados".

O texto também defendeu que a condução das investigações cabe aos delegados responsáveis e que não o diretor-geral não poderia "interferir no conteúdo ou determinar a reformulação de documentos produzidos no exercício da atividade de polícia judiciária". "A possibilidade de retaliação a delegados em razão das pessoas mencionadas nas investigações transmite uma mensagem preocupante à carreira e ameaça um dos pilares fundamentais da Polícia Federal: a autonomia de suas autoridades policiais para investigar, independentemente de quem sejam os envolvidos."

Além disso, a entidade defendeu que o episódio evidenciava "uma postura recorrente da atual direção da Polícia Federal, marcada por atos que contrariam princípios historicamente observados pela instituição, como o respeito à condução dos inquéritos por seus respectivos presidentes e o necessário distanciamento da gestão em relação à atividade de polícia judiciária".

O Valor procurou a PF, mas a corporação não se manifestou sobre o caso na terça. Já os dois delegados afastados não retornaram aos contatos da reportagem. Os ministros do STF citados no caso Master negam qualquer irregularidade.

BC paraguaio paga 95% dos clientes do ueno

Alliana deu continuidade à renovação de equipe de governo, inclusive destituindo dois conselheiros de Itaipu

O Banco Central do Paraguai (BCP) pagou a garantia para 1.782.360 depositantes do ueno bank até ontem, o que corresponde a mais de 95% do total de depositantes da instituição financeira. A totalidade dos clientes precisa receber parte dos recursos perdidos até esta quarta-feira, conforme prevê a lei do país. Desde o início dos pagamentos, a autoridade monetária já desembolsou o equivalente a quase R$ 2 bilhões para os afetados pela intervenção no banco digital, ocorrida na semana passada.

O presidente do Paraguai, Pedro Alliana, disse que toda a antecipação remanescente aos poupadores será efetuada hoje. "Participantes e aposentados do setor público: a recuperação dos recursos previsionados terá prioridade. Vamos trabalhar até que cada família recupere a tranquilidade que merece", afirmou.

O chefe do Executivo deu também continuidade à renovação de equipe de governo, inclusive destituindo dois conselheiros da Itaipu Binacional, Carlos Fernández Valdovinos, ex-ministro da Fazenda investigado no caso ueno bank, e Claudia Centurión, ex-ministra de Obras Públicas e Comunicação.

Alliana afirmou ter ordenado para a nova equipe ministerial, que tem sido indicada desde a sua posse, que trabalhe com "austeridade e zero tolerância à corrupção". O novo presidente do BCP, Jorge Schreiner, teve ontem seu primeiro dia no comando da autoridade monetária, depois de ter sido aprovado pelo Senado.

A crise no Paraguai ganhou força e contornos financeiros, econômicos, políticos e institucionais na semana passada, quando vieram à tona denúncias de que o ueno bank teria mascarado um quadro de insolvência com a ajuda de autoridades e concedido empréstimos a empresas do mesmo grupo. Essas autoridades também teriam auxiliado na captação de recursos públicos do Instituto de **Previdência Social** (IPS) e outros.

O ueno bank pertencia ao empresário Federico Miguel Vázquez Villasanti, que presidia o Grupo Vásquez - controlador do banco. Santiago Peña, que deixou à presidência do Paraguai em meio à crise, foi acionista do Grupo Vázquez até março do ano passado, e Carlos Carvallo , ex-presidente do Banco Central paraguaio, foi presidente-executivo da Financeira Ueno até agosto de 2023. Os dois estão sendo investigados pelo uso de fundos públicos e conflitos de interesses nos crimes de lesão de confiança. Peña apresentou sua renúncia, mas sofreu impeachment, está preso e responde por administração em proveito próprio, enquanto Carvallo é investigado por produção de documentos com conteúdo falso.

Quase 3 milhões de clientes foram afetados pela liquidação da instituição financeira na semana passada, aproximadamente 40% da população do país. Na segunda-feira, o BCP começou a pagar as pessoas que tinham mais de R$ 107 mil (aproximadamente 121 milhões de guaranis, moeda local) no ueno.

Com vista para o Palácio de López, onde Alliana monta o novo time de governo e tenta virar a página do noticiário policial, um dos principais estabelecimentos comerciais do centro histórico de Assunção teve de suspender momentaneamente suas atividades por causa do bloqueio de recursos do ueno. Assim como outros estabelecimentos comerciais, o café Casa Clari tinha conta no banco e está impossibilitado de acessar parte de seus recursos desde terça-feira passada, quando foi anunciada a intervenção na instituição financeira.

O local recebe turistas do país e de outras nacionalidades que desejam tirar fotos com o Palácio de Governo ao fundo. Luzes do bairro foram cortadas na última semana devido às manifestações que tomaram conta das ruas de Assunção em protesto contra os bloqueios e contra Peña.

Iris Bertolo, que trabalha de garçonete no local, relatou que diversas pessoas tiveram as contas congelada, impactando cidadãos paraguaios e as empresas do país. O estabelecimento decidiu fechar as portas momentaneamente por falta de clientes e por falta de insumos. "Não tinha dinheiro nem para ir ao mercado para comprar comida. Na quarta-feira [da semana passada] fomos dispensados. A Casa Clari encerrou às 22h. Na quinta, o restaurante não tinha dinheiro para fazer as compras", afirmou.

Quem vai cuidar dos idosos do Brasil? Por que o envelhecimento acelerado é o desafio do século

Por BBC

O envelhecimento acelerado da população brasileira desafia os sistemas de saúde e Previdência. O país envelhece em ritmo muito mais rápido que as nações desenvolvidas.

Projeções do IBGE indicam que a população com 60 anos ou mais atingirá 37,8% em 2070. A taxa de fecundidade caiu para 1,55 em 2022.

O déficit do **INSS** deve atingir 10,41% do **PIB** até 2100. Especialistas defendem novas reformas e foco no aumento da produtividade econômica.

No último domingo (8) o presidente Lula prometeu ampliar a Política Nacional de Cuidados. O governo anunciou investimentos de R$ 500 milhões na saúde domiciliar de idosos.

Quem cuidará dos idosos do futuro? A pergunta está no centro de uma das transformações mais profundas da história recente do Brasil.

Nas próximas décadas, o país terá cada vez mais pessoas vivendo por mais tempo, ao mesmo tempo em que registrará menos nascimentos, famílias menores e uma proporção cada vez menor de trabalhadores para sustentar aposentadorias e serviços públicos.

O Brasil está envelhecendo em uma velocidade que países hoje desenvolvidos levaram mais de um século para experimentar. E o desafio vai muito além da Previdência: envolve também adaptar sistemas de saúde, cidades, serviços de cuidado e o próprio mercado de trabalho a uma população cada vez mais velha.

Esse é o diagnóstico de economistas, pesquisadores populacionais e estudiosos da longevidade ouvidos pela BBC News Brasil.

O envelhecimento é a principal característica demográfica do Brasil no século 21 , afirma o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves.

A população com 60 anos ou mais representava menos de 10% no início do século 21 e as projeções indicam que deve chegar a 40% até o final do século. É uma mudança muito grande , diz.

Para os especialistas, os impactos dessa transformação serão sentidos em praticamente todas as áreas da sociedade, das contas públicas ao mercado de trabalho, dos serviços de saúde à organização dos cuidados com a população idosa.

Precisamos começar a discutir quem vai cuidar dos idosos nas próximas décadas , diz a médica Martha Oliveira, ex-diretora da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e atual CEO do Grupo Laços, voltado ao público 60+.

Países europeus como o Reino Unido e a Holanda tiveram mais tempo e dinheiro para se preparar para esse desafio , aponta.

Daqui a pouco vamos ter mais de 30% da nossa população acima de 60 anos, mas sem estrutura de saúde, de calçada, de transporte ou de socialização. Nada disso está pronto.

Os analistas ressaltam, porém, que o cenário não é inevitavelmente negativo: políticas voltadas ao aumento da produtividade, à inclusão no mercado de trabalho e ao aproveitamento do potencial econômico dos idosos podem amenizar os impactos.

O tamanho do desafio

Dados das projeções populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que os brasileiros com 60 anos ou mais já representam 15,6% da população, quase o dobro dos 8,7% registrados em 2000.

A previsão é de que, em 2070, essa fatia deverá alcançar 37,8% dos brasileiros, o equivalente a cerca de 75 milhões de pessoas, ou pouco mais do total de habitantes do Reino Unido de hoje.

A idade média da população, que era de 28,3 anos em 2000 e chegou a 35,5 anos em 2023, deve alcançar

48,4 anos em 2070.

Mas o envelhecimento em si não é o dado mais preocupante, segundo os especialistas. O maior desafio está na queda da taxa de fertilidade e no encolhimento da população ativa.

Segundo a mesma projeção do IBGE, a população total do país deverá começar a cair a partir de 2042, após atingir seu pico em 2041.

O número médio de filhos por mulher também está caindo: foi de 2,32 em 2000 para 1,55 no Censo de 2022, abaixo do nível de reposição populacional, de aproximadamente 2,1 filhos por mulher.

O IBGE projeta ainda que a taxa chegará a 1,44 em 2041, antes de uma pequena recuperação nos anos seguintes.

Para se ter uma ideia do que isso significa, basta olhar para o passado: em 1950, o Brasil tinha uma média de 6,21 filhos por mulher. A cada mulher, são quase 5 filhos a menos em comparação com 70 anos atrás - ou uma queda de aproximadamente 75% na taxa de fecundidade.

Esse processo não é exclusividade brasileira. No mundo todo, diversos países passam por mudanças demográficas semelhantes ou até em níveis mais acelerados e avançados.

A taxa global de fecundidade, por exemplo, era de 2,2 filhos por mulher em 2024, segundo o Banco Mundial, contra aproximadamente 5 nos anos 1960.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre 2015 e 2050, a proporção da população mundial de 60 anos ou mais quase dobrará, passando de 12% para 22%.

E a velocidade do envelhecimento só não é maior porque a transição demográfica está em estágios muito diferentes, a depender da região. A África ainda tem fecundidade elevada, enquanto a Europa e partes da Ásia enfrentam níveis muito baixos, por exemplo.

Ainda assim, os especialistas chamam a atenção para a velocidade em que a população brasileira está envelhecendo.

Martha Oliveira observa que um dos melhores indicadores para comparar paises nesse quesito é o tempo necessário para que a população de 65 anos ou mais dobre, passando de 7% para 14% do total.

Um país como a Itália, por exemplo, levou cerca de 60 anos para fazer essa transição. No Brasil, esse processo deve durar apenas 21 anos.

Os países europeus tiveram mais de um século para adaptar seus sistemas de saúde, previdência e assistência social ao envelhecimento populacional. O Brasil terá apenas algumas décadas para fazer ajustes semelhantes, em um contexto de renda média mais baixa e profundas desigualdades sociais , resume Oliveira.

Segundo ela, isso exige planejamento urgente para garantir que o aumento da longevidade seja acompanhado de qualidade de vida e autonomia.

O alerta também aparece em relatório divulgado pela Moody s Ratings, uma das maiores agências globais de classificação de risco de crédito, em setembro.

O documento classifica o Brasil entre os países que terão de arcar com os custos do envelhecimento populacional com níveis de renda muito inferiores aos observados nas economias avançadas que passaram por esse processo antes deles .

Na avaliação da Moody s, isso reduz o tempo disponível para adaptar Previdência, saúde, mercado de trabalho e sistemas de cuidado, ao mesmo tempo em que aumenta a pressão sobre as contas públicas e o crescimento econômico.

Impactos econômicos

A mudança na relação entre pessoas que trabalham e pessoas que dependem da proteção social do Estado está no centro do desafio econômico representado pelo envelhecimento, dizem os especialistas.

Com menos jovens entrando no mercado de trabalho e mais idosos vivendo por períodos mais longos após a aposentadoria, o número de contribuintes cresce em ritmo menor do que o de aposentados.

No sistema previdenciário de repartição, usado no Brasil, as contribuições dos trabalhadores ativos são utilizadas para pagar os benefícios dos aposentados e pensionistas, sem a formação de um fundo individual para cada segurado.

Por tudo isso, as mudanças demográficas já preocupam a equipe econômica do governo.

Em projeções incluídas no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027, enviado ao Congresso em abril, o governo estima que o envelhecimento da população provocará uma deterioração significativa das contas da Previdência nas próximas décadas.

Pelos cálculos oficiais, o déficit do Instituto Nacional do

Seguro Social (**INSS**), hoje equivalente a 2,49% do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma de todos os bens e serviços produzidos no país), deverá atingir 10,41% do **PIB** até o fim do século. Em valores nominais, a projeção é que o rombo quadruplique, de R$ 338 bilhões em 2026 para R$ 28,44 trilhões em 2100.

A projeção já leva em conta a reforma da **Previdência Social** feita em 2019, no primeiro ano de mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O governo estima que, em 2060, para cada pessoa com mais de 60 anos, teremos 1,6 pessoa com idade entre 16 e 59 anos.

Essa relação, diz a LDO, é substancialmente inferior à atual, que está em 4,6 indicando um progressivo comprometimento da base de sustentação da **previdência social** .

Diante desses números, especialistas avaliam que a reforma da Previdência aprovada em 2019 dificilmente será a última.

Embora tenha reduzido parte da pressão sobre as contas públicas ao elevar a idade mínima para aposentadoria e endurecer regras de concessão de benefícios, novos desafios surgirão nas próximas décadas.

A Previdência tem que se adaptar à nova dinâmica demográfica , diz José Eustáquio Diniz Alves.

Mas uma reforma não pode penalizar desproporcionalmente a população mais pobre e precisa resolver as questões fiscais para permitir uma melhora no bem-estar como um todo e, inclusive, das novas gerações.

O debate também precisa incluir formas de ampliar a arrecadação e elevar a produtividade da economia, aponta ainda o demógrafo.

Não basta olhar apenas para a despesa. É preciso pensar também na capacidade do país de gerar riqueza e receita para sustentar uma população mais envelhecida.

A preocupação aparece também no relatório da Moody s Ratings, que aponta que as pressões do envelhecimento começam muito antes da população total entrar em declínio.

Por isso, a agência avalia que o crescimento econômico das próximas décadas dependerá cada vez mais da capacidade dos países de aumentar a produtividade. Em outras palavras, produzir mais com menos trabalhadores.

Isso passa por investimentos em educação, qualificação profissional, inovação tecnológica, automação e inteligência artificial. Países que conseguirem elevar a produtividade poderão compensar parte das perdas decorrentes da mudança demográfica.

Madhavi Bokil, diretora executiva de Estratégia e Padrões de Crédito da Moody s Ratings, nota ainda que, no caso do Brasil e outros países em desenvolvimento, o desafio se agrava diante de um crescimento econômico que já vêm desacelerando nos últimos anos.

O envelhecimento da população agrava os desafios de crescimento e de, essencialmente, alcançar os padrões de vida das economias avançadas , afirma.

Esse é realmente o problema: o envelhecimento da população impacta o crescimento, as pressões fiscais e a flexibilidade fiscal.

Saúde e sociedade

Mas o desafio não para por aí, com mais obstáculos no campo da saúde e da organização da vida em sociedade. Isso porque viver mais não significa necessariamente viver melhor, dizem os especialistas.

Hoje, mais de 80% dos brasileiros acima de 60 anos dependem do Sistema Único de Saúde (SUS), segundo o Estudo Longitudinal da Saúde dos Idosos Brasileiros (Elsi-Brasil) realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E, segundo Martha Oliveira, o Brasil ainda possui um sistema de saúde desenhado para responder a doenças agudas, quando o principal desafio do envelhecimento é o cuidado contínuo de condições crônicas, como hipertensão, diabetes, demência, osteoporose e doenças cardiovasculares.

O país ainda pensa a saúde de forma muito reativa. Precisamos migrar para um modelo focado em prevenção, manutenção da funcionalidade e autonomia , afirma.

A especialista também chama atenção para um tema pouco discutido: os cuidados de longa duração.

À medida que cresce o contingente de pessoas acima de 80 anos, aumenta o número de idosos que precisam de algum grau de assistência para atividades cotidianas, como alimentação, higiene ou locomoção.

Hoje, grande parte da assistência a idosos

dependentes recai sobre familiares, especialmente mulheres, em um contexto de famílias cada vez menores e com menos filhos disponíveis para assumir esse papel.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) do IBGE apontaram que o número de familiares que se dedicava a cuidados de indivíduos de 60 anos ou mais saltou de 3,7 milhões em 2016 para 5,1 milhões em 2019. Ao mesmo tempo, diminuiu a quantidade de pessoas cuidando de crianças até 5 anos.

Outra pesquisa da Pnad aponta ainda que a demanda por cuidadores de idosos remunerados já aumentou 15% entre 2019 e 2023, chegando a cerca de 840.000 profissionais há três anos.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), houve um crescimento de 547% entre 2012 e 2022 na formalização da profissão, apesar de muitos cuidadores ainda atuarem na informalidade.

Martha Oliveira destaca ainda que a chamada saúde do envelhecimento não está apenas em cuidados hospitalares ou medicamentosos, envolve também garantir uma vida digna e cidadania.

Estamos falando de uma calçada boa, um transporte acessível, lidar com o problema da solidão entre os idosos , diz a médica.

A política para saúde do envelhecimento não pode estar apenas na saúde como a gente conhece, mas em uma política integrada, que deve envolver vários ministérios do governo , resume. Mas o Brasil não parou para fazer isso ainda.

Outro desafio é o combate ao etarismo, a forma de discriminação baseada na idade.

Uma pesquisa do movimento Voto 70+, que reuniu mais de 18 mil manifestações de brasileiros com 70 anos ou mais, mostrou que o etarismo e os direitos da população idosa aparecem como a segunda maior preocupação dos participantes, atrás apenas da desigualdade social.

O levantamento identificou que saúde, moradia, aposentadoria e respeito estão entre os temas mais citados pelos entrevistados.

Essa geração tem muito a dizer sobre o futuro do país e quer participar das decisões que afetam não apenas a sua vida, mas também a das próximas gerações , afirma Cléa Klouri, coordenadora do movimento.

Como financiar o envelhecimento?

O aumento das despesas previdenciárias e de saúde é praticamente inevitável porque decorre de uma realidade demográfica já contratada. Mas quem vai pagar a conta?

O envelhecimento vai acontecer. A questão é como financiar esse processo , afirma José Eustáquio Diniz Alves.

Uma das alternativas discutidas é justamente fazer reformas previdenciárias, elevando gradualmente a idade de aposentadoria, acompanhando o aumento da expectativa de vida.

Outra opção adotada por alguns países para enfrentar os efeitos econômicos do envelhecimento é o incentivo à imigração, que vem crescendo especialmente na Europa e na Ásia.

A Moody s Ratings alerta, porém, que esse caminho pode ser apenas temporário.

A imigração pode dar mais tempo aos países capazes de atrair trabalhadores estrangeiros, mas não pode reverter o envelhecimento populacional em escala global , diz o relatório da empresa.

Mas uma frente considerada fundamental pelos especialistas está em estimular que pessoas mais velhas permaneçam economicamente ativas por mais tempo.

Para Cléa Klouri, coordenadora do movimento Voto 70+, o debate público muitas vezes trata os idosos apenas como beneficiários de políticas sociais, ignorando sua capacidade de continuar contribuindo economicamente e participando da vida pública.

Na avaliação dela, o país ainda não se adaptou à realidade de uma geração que vive mais, permanece ativa por mais tempo e deseja continuar influenciando os rumos da sociedade.

Hoje, no Brasil, quase 8,8 milhões de pessoas com 60 anos ou mais seguem trabalhando. Segundo o instituto de pesquisa e de inteligência de dados Nexus, nos últimos dez anos, o contingente de idosos no mercado de trabalho saltou 53%.

Para o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, a visão tradicional e rígida de que os idosos devem apenas se aposentar e não fazer nada está ultrapassada.

Precisamos aproveitar o potencial produtivo da população idosa, que pode, por exemplo, estar aposentada de um emprego, mas ter outro emprego e

continuar contribuindo com a Previdência , diz.

Mas, para que os idosos continuem ativos, Alves destaca que a educação deve ser contínua ao longo de toda a vida, permitindo que essa população aprenda a lidar com novas tecnologias, como celulares e inteligência artificial.

A lógica rígida de que existe o tempo de estudar, o tempo de trabalhar e o tempo de se aposentar não funciona mais , argumenta.

Ao mesmo tempo, o envelhecimento cria novos mercados de consumo, apontam os entrevistados.

A chamada economia da longevidade engloba desde serviços de saúde e cuidados até turismo, moradia adaptada, produtos financeiros e tecnologias voltadas para a população mais velha.

A longevidade não deve ser vista apenas como um problema. Ela cria oportunidades econômicas importantes se o país souber aproveitar o potencial dessa população , afirma Martha Oliveira, CEO do Grupo Laços.

Segundo a Moody s Ratings, setores como de serviços de saúde, cuidados de longa duração, habitação adaptada e produtos financeiros voltados para aposentadoria tendem a ser beneficiados estruturalmente pelo envelhecimento da população.

A agência também aponta que a escassez de trabalhadores decorrente da queda da fecundidade pode acelerar investimentos em tecnologia, automação e inteligência artificial.

Países e empresas que conseguirem adotar essas soluções com sucesso tendem a mitigar parte da perda de força de trabalho causada pelo envelhecimento, diz o relatório.

Nesse sentido, a escassez de mão de obra é, fundamentalmente, um desafio do lado da oferta, e a tecnologia representa uma das respostas mais eficazes para enfrentá-lo , diz a agência de classificação de risco de crédito.

Uma janela de oportunidade

Apesar dos alertas, especialistas rejeitam a ideia de que o envelhecimento seja necessariamente uma sentença de declínio econômico.

Países como Japão, Coreia do Sul e Taiwan enfrentaram processos semelhantes e conseguiram sustentar níveis elevados de desenvolvimento por meio de ganhos de produtividade, investimento em tecnologia e ampliação da participação da população no mercado de trabalho.

O próprio Japão é citado pela Moody s Ratings como exemplo de adaptação. O país combinou automação, aumento da participação feminina no mercado de trabalho e extensão da vida laboral para mitigar parte dos efeitos da redução da população ativa.

Para Martha Oliveira, ex-diretora da ANS, uma das principais lições internacionais é a necessidade de abandonar um modelo excessivamente centrado em hospitais e passar a investir em prevenção e monitoramento contínuo de saúde.

A especialista cita iniciativas em países como Reino Unido, Holanda e Estados Unidos que buscam transferir parte dos cuidados para o ambiente doméstico por meio de acompanhamento remoto, telemedicina e tecnologias de monitoramento.

Eles estão tentando integrar ainda mais o cuidado e olhando para o envelhecimento desde o início, tentando trazer tecnologia e a ideia da casa como um lugar de cuidado para o centro da discussão , disse.

Na avaliação de José Eustáquio Diniz Alves, o Brasil ainda tem uma janela de oportunidade para agir.

Segundo ele, o país pode transformar a longevidade em um ativo econômico se conseguir manter idosos saudáveis, produtivos e integrados à sociedade por mais tempo.

Temos exemplos hoje de países que não enriqueceram antes de envelhecer, mas estão enriquecendo junto com o envelhecimento , diz. Se nos adaptarmos à nova realidade, ainda dá tempo.

O que podemos esperar do novo governo?

Em um discurso televisionado no último domingo (08/11), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu ampliar a Política Nacional de Cuidados para a população idosa em seu próximo mandato.

A população brasileira está envelhecendo e é urgente um aperfeiçoamento das políticas públicas para que sejam capazes de promover qualidade de vida e dignidade para a população idosa , afirmou.

O programa foi instituído em 2024 para garantir assistência a pessoas que precisam de ajuda nas atividades cotidianas e oferecer mais suporte às famílias e aos profissionais responsáveis pelo cuidado.

Mas o modelo ainda enfrenta obstáculos para sair do papel, dizem especialistas. A adesão de estados e

municípios é voluntária, não há recursos orçamentários vinculados especificamente à política e faltam serviços para atender pessoas que precisam de ajuda nas atividades cotidianas, apontam.

O envelhecimento foi uma mudança muito rápida no Brasil, que ainda não foi devidamente considerada nem pelas iniciativas públicas nem pelas iniciativas privadas , diz Cléa Klouri, coordenadora do movimento Voto 70+. A longevidade está aí, mas muitas vezes ela é ainda preterida, sem nenhum grande projeto político voltado para esse público.

Segundo Klouri, talvez a grande exceção sejam os serviços voltados aos idosos mais fragilizados, como as ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos), casas financiadas pelo sistema público destinadas a pessoas com 60 anos ou mais que necessitam de cuidados prolongados.

Falta olhar para uma longevidade mais ativa , diz.

Na área da Previdência, o governo reeleito do presidente Lula apostou, em seu plano de governo, na manutenção da política de valorização do salário mínimo, que beneficia diretamente aposentados e pensionistas que recebem o piso previdenciário, além de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A proposta, porém, é alvo de críticas de economistas pelo impacto nas contas públicas.

Como aposentadorias, pensões e o BPC vinculados ao piso também acompanham seus reajustes, aumentos acima da **inflação** elevam as despesas previdenciárias e assistenciais.

Segundo dados publicados pela Folha de S.Paulo, cerca de 70% dos beneficiários do **INSS** recebem o equivalente ao piso nacional.

Definitivamente não é sustentável a longo prazo. Hoje o salário mínimo tem um valor relativo à mediana de salários razoavelmente elevada, de modo que seus efeitos sobre pobreza e desigualdade são limitados, enquanto o efeito sobre as contas públicas é significativo , afirmou Daniel Duque, pesquisador de Economia Aplicada da FGV/IBRE, à BBC Brasil.

Guilherme Klein, professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made) da USP, defende, contudo, que a política de reajustes acima da **inflação** trouxe inúmeros benefícios sociais e econômicos.

E que o teto de 2,5% para o ganho real do salário mínimo, adotado durante o terceiro mandato de Lula, reduz as preocupações com sua sustentabilidade fiscal.

Nos anos 2000, grande parte da queda da desigualdade que a gente teve foi por um efeito do aumento do salário mínimo. Então, do ponto de vista social e econômico mesmo, é muito importante , afirma.

Mas ele reconhece que o cenário econômico atual é diferente daquele da metade dos anos 2000 e que é possível discutir mudanças na forma como o piso é vinculado a benefícios previdenciários e assistenciais.

É possível que a gente, em algum momento, discuta, por exemplo, uma vinculação que não seja 100% entre o salário mínimo e a Previdência, ou o salário mínimo e o BPC. Eu acho que tem outras coisas que são muito mais importantes, talvez, de serem mantidas , afirma Klein, em referência aos pisos constitucionais de saúde e educação, cuja redução também foi sugerida por Flávio Bolsonaro (PL).

O programa com o qual Lula foi reelito no mês passado também prevê melhorar o atendimento do **INSS**, combater fraudes contra idosos e ampliar oportunidades de qualificação e permanência no mercado de trabalho para pessoas mais velhas.

Na saúde, uma das principais iniciativas anunciadas em 2026 é o Programa de Atenção Domiciliar à Pessoa Idosa (PADI Brasil), que prevê ampliar o atendimento multiprofissional do SUS na casa de idosos com limitações funcionais.

O governo anunciou investimentos de aproximadamente R$ 500 milhões até 2027 para a iniciativa, com o objetivo de facilitar o acesso a cuidados de saúde e reduzir a necessidade de internações e deslocamentos.

Outra frente é a ampliação da rede de assistência e prevenção. O governo propõe fortalecer programas como o Farmácia Popular e ampliar os Centros-Dia e os espaços de convivência para idosos.

*Gráficos por Laís Alegretti, da equipe de jornalismo visual da BBC News Brasil

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA
Quem vai cuidar dos idosos do Brasil? Por que o envelhecimento acelerado é o desafio do século

Site:
https://g1.globo.com/saude/noticia/2026/11/11/quem-vai-

cuidar-dos-idosos-do-brasil-por-que-o-envelhecimento-acelerado-e-o-desafio-do-seculo.ghtml

Empresas fazem cálculos do fim da escala 6x1 e estudam estratégias para adotar novo modelo

Ana Luiza Tieghi / Beth Koike / Cristian Favaro / Ludmylla Rocha / Michael Esquer // Taís Hirata e Vitória Nascimento

"Cerca de 70% do pessoal da saúde é assistencial, que trabalha por escala de 12 por 36" Antonio Britto

Aumento de custos, dificuldade de contratação de funcionários, pouco tempo para adaptação, dúvidas jurídicas, renegociação de contratos, mas também uma janela para melhorar a produtividade e investir em tecnologia. O fim da jornada de trabalho de 6x1 gera reações em diferentes níveis entre setores da economia e executivos. A certeza, até o momento, é que a mudança será mantida no próximo governo, já que sempre foi bandeira do presidente reeleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ontem, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que pretende decidir até sexta-feira pedido para postergar a mudança.

Setores com mão de obra intensiva são os mais atingidos pela nova escala, que prevê cinco dias de trabalho e dois de descanso, um deles preferencialmente no domingo, com carga máxima de 40 horas semanais e sem redução nos salários. Entre os que demonstram maior preocupação estão varejo, serviços e construção civil.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais pode acrescentar entre R$ 178,2 bilhões e R$ 267,2 bilhões em custos anuais com empregados formais, o equivalente a acréscimo de até 7% na folha de pagamentos.

Levantamento do Valor nos balanços do primeiro semestre mostra que farmácias e supermercados são os mais expostos. A pesquisa considerou essas companhias porque operam lojas abertas todos os dias, com muitos funcionários no atendimento e margens diferentes entre si. Na Pague Menos, a despesa com pessoal equivale a 8,1 vezes o lucro antes do imposto de renda, o que significa que cada 1% de alta na folha consome cerca de 8% do resultado. No Grupo Mateus, a relação é de 4,3 vezes. No GPA, a folha equivale a R$ 45 a cada R$ 100 de lucro bruto.

Uma simulação da Peers Consulting, em parceria com a Tendências Consultoria, dá a dimensão do custo. Em um atacarejo hipotético com faturamento anual de R$ 12 bilhões e 10 mil funcionários, a mudança custaria R$ 35 milhões por ano, o equivalente a 7,3% do lucro operacional, e exigiria a contratação de 800 pessoas. Segundo a consultoria, esse valor pode cair pela metade com escalas ajustadas à demanda, banco de horas e automação.

Após o resultado da eleição presidencial, as entidades do comércio deixaram de lado o discurso de adiamento das mudanças e passaram a orientar as empresas sobre a transição. A Confederação Nacional do Comércio (CNC) recomenda que os empresários mapeiem as escalas, calculem a necessidade de contratações e negociem aditivos com os sindicatos dentro dos 60 dias previstos na emenda. A atenção deve ser maior nos estabelecimentos que abrem aos domingos e feriados.

A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) passou a defender a contratação por hora com carteira assinada, para ajustar as equipes aos horários de maior movimento, além da redução dos encargos sobre a folha e da revisão dos acordos coletivos.

A Associação Brasileira das Incorração Imobiliárias (Abrainc) divulgou estudo que aponta que a redução da jornada de 44 para 40 horas eleva o custo de uma obra em 5,5%, em relação ao total do valor geral de vendas (VGV) do projeto. A pesquisa, encomendada à consultoria econômica Econnit, destaca que a mão de obra responde por 40% dos custos da construção civil, contra 15% na indústria em geral.

Nos shoppings, a leitura é de impacto menor. A Multiplan afirma que consegue absorver a mudança sem repassar custos aos lojistas ou à operação. Segundo o presidente Eduardo Peres, a maior preocupação com o custo de condomínio é a **reforma tributária**, e não o fim da escala 6X1. Para Cláudio Sallum, sócio da administradora de shoppings Lumine, o efeito é limitado porque mais de 70% dos vendedores recebem salário fixo mais comissão. O

custo pesa mais nas atividades com remuneração só fixa, em que será preciso contratar mais gente.

Os setores de serviço, educação e saúde pedem regulamentação específica porque atuam com escalas distintas. Na área do ensino, muitos professores recebem por horaaula e têm remuneração adicional por um dia de descanso. Já os médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde têm, em geral, uma escala de 12 horas trabalhadas e 36 horas de descanso.

O setor de educação estima impacto médio de R$ 17,3 bilhões por ano, com potencial reajuste de até 23% no valor da mensalidade. Esse incremento depende de como será contabilizado o segundo dia de folga para professores horistas. O levantamento foi feito pelo economista Luiz Alvares Rezende de Souza, da NumbersTalk, a pedido da Confedecial

Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen).

A Confenen questiona se o segundo dia de folga será remunerado ou compensado com descanso. Atualmente, esse professor recebe as horas-aula trabalhadas com acréscimo de um sexto (1/6) a título de Descanso Semanal Remunerado (DSR). Caso o segundo dia de folga também seja remunerado, o fator sobe para dois quintos (2/5).

O impacto da reforma sobre a folha de pagamento da educação privada pode variar de R$ 9,3 bilhões a R$ 31,6 bilhões por ano. No cenário mais provável, é de R$ 17,3 bilhões anualmente. Hoje, o descanso semanal remunerado representa cerca de 55% da folha dos professores da educação básica e pelo menos 80% no ensino superior privado.

A Confenen está pedindo que o tema seja tratado pelo Congresso Nacional ainda neste ano, antes do início das aulas de 2027. Para a entidade, há risco de judicialização, com ações trabalhistas retroativas gerando passivo de R$ 15 bilhões, média de R$ 320 mil por escola.

O setor de saúde estima impacto entre R$ 7 bilhões e R$ 12 bilhões por ano. O grande empecilho, em espeporadoras

para os hospitais, é que o modelo vigente é de 12 horas trabalhadas para 36 de descanso para os profissionais da área assistencial.

"Cerca de 70% do pessoal na área da saúde é assistencial, que trabalha por escala de 12 por 36. É preciso ter uma regulamentação especial", complementou Antonio Britto, diretor executivo da Anahp, associação dos hospitais privados. As negociações estão sendo realizadas com o Ministério do Trabalho.

"Nosso setor trabalha em outro formato. Os hospitais funcionam 24 horas, sete dias por semana. Pedimos um regime especial e acredito que será aceito", disse Francisco Balestrin, presidente do SindiHosp e FeSaúde, federação dos hospitais, clínicas e laboratórios.

Os dois maiores laboratórios de medicina diagnóstica do país estão analisando a possibilidade de mudar o horário de funcionamento das unidades caso o setor não consiga um tratamento diferenciado. O Fleury estuda se vale a pena abrir todas as unidades aos domingos e a Dasa analisa reduzir o horário de funcionamento dos laboratórios.

Ainda em serviços, a Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes)

estima que o gasto com funcionários no setor deve subir cerca de 20%. Para o presidente da entidade, Paulo Solmucci, o efeito chega primeiro aos jovens, que responderam por 36% das contratações do setor no primeiro semestre.

Além dos impactos internos, algumas empresas terão de renegociar contratos para tentar repassar a alta de custos prevista com mão de obra. Para Guilherme Sampaio, presidente da JSL, empresa de logística da Simpar, a implementação da nova escala deverá ter impacto direto nas operações, e a adaptação tem sido discutida com cada cliente. "Vai ser uma discussão individualizada, um trabalho que já começou, para adequar a estrutura, a escala, pensar em hora extra", disse. Entre as escolhas em análise estão, por exemplo, o corte de um terceiro turno de trabalho e o uso de hora extra em vez do aumento do quadro de funcionários.

O presidente da Santos Brasil, Antonio Carlos Sepúlveda, que atua na logística portuária, estima que haverá aumento de 20% na folha de pagamento, o que terá de ser repassado aos clientes. Mas o maior problema é a contratação de novos funcionários para adaptar a carga de trabalho.

"Trabalhamos sete dias por semana e só paramos no Natal e no Ano Novo por 12 horas nesses dias. Para algumas atividades, não temos mão de obra disponível. Um operador de guindaste, por exemplo, precisa de pelo menos seis meses de treinamento antes de começar a trabalhar. O prazo de adaptação é muito curto", disse.

A Associação Brasileira das Empresas de Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo (Abesata) e o Sindicato

Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo (Sineata) divulgaram uma carta alertando para os possíveis impactos sobre as operações de serviço em terra nos aeroportos. As associações apontaram estudos que projetam crescimento de 23,9% no custo das empresas com as novas regras. O estudo considera migração das escalas, manutenção da cobertura operacional e da remuneração dos trabalhadores, necessidade de ampliar os quadros e custos de contratação, capacitação, credenciamento e estrutura.

O presidente da Abesata, Ricardo Miguel, diz que a proximidade do início da vigência da nova escala com um dos períodos mais movimentados do transporte aéreo - os feriados do fim do ano e as férias de verão - pode trazer dificuldades para a manutenção dos serviços. "Estamos falando de uma atividade essencial, que funciona todos os dias, inclusive à noite, nos finais de semana e feriados. Não basta abrir vagas: é preciso encontrar pessoas, treiná-las e cumprir as exigências para que possam trabalhar em um ambiente aeroportuário. Fazer tudo isso em um prazo curto é um desafio", disse.

A indústria também faz suas contas. Mesmo no setor de máquinas e equipamentos, onde a mudança de escala tende a ter impacto pequeno, segundo a Abimaq, entidade que representa os fabricantes, o desafio será a adaptação em um período que a organização vê como curto e o custo do segundo descanso semanal. A maioria das empresas já trabalha na escala cinco por dois, mas com 44 horas semanais de trabalho.

"O sábado era dia útil compensado e não trabalhado", disse José Velloso, presidente da Abimaq. Segundo ele, empresas do setor estão preocupadas com a queda de produtividade, como efeito da redução de jornada sem novos investimentos em automação. "O custo da mão de obra e da máquina vai subir."

Comunicado conjunto da Abimaq e da CNI estimou que a redução da jornada causará queda de 9% no volume de peças fabricadas e que empresas terão de absorver alta de 11% no pagamento de horas extras ou de 7,7% em contratações adicionais para manter os níveis atuais de produção sem automação.

A redução da jornada em si também não é um grande problema para a indústria farmacêutica, onde a maioria das empresas atua sob regime de 40 horas semanais, disse o Sindusfarma, sindicato da indústria de produtos farmacêuticos, mas o aumento do descanso semanal remunerado de um para dois dias é o que causa maior impacto. Atualmente, o segundo dia de descanso é enquadrado como folga não remunerada, com base em convenção coletiva. A entidade estima impacto anual de pelo menos R$ 500 milhões com a remuneração também deste período.

Mas há quem veja oportunidades para ganho de produtividade e eficiência. "Entendo que essa mudança é um convite à produtividade. Nós vamos ter de buscar [alternativas], e eu acho que a indústria, o país, vai ter de buscar formas mais produtivas e otimizadas de trabalhar. Maior automação e maior organização do trabalho para que isso ocorra", avalia Rui Chammas, CEO da ISA Energia Brasil, que atua no segmento de transmissão de energia.

Para Eduardo Fischer, co-CEO da incorporadora MRV, a mudança pode ajudar a alavancar a industrialização da construção civil, junto com a **reforma tributária**. "Nós efetivamente fazemos 44 horas [semanais], muitas [indústria] não fazem, afirmou." Ele estima que seria possível baratear a produção do setor em 15% com a industrialização, o que mais do que neutralizaria os impactos com o fim da escala 6x1.

Série de pendências na reforma tributária preocupa empresas

Pontos importantes da **reforma tributária** que afetarão o dia a dia das empresas ainda não foram definidos, a menos de dois meses da entrada em cena da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) - tributo que vai substituir o PIS e a Cofins. Desde questões básicas, como modelos de notas fiscais, a assuntos cruciais para os negócios dos contribuintes, como o direito a créditos tributários.

"Há ainda muitas pendências regulatórias e operacionais. Estão matando primeiro os maiores leões, como o Imposto Seletivo e o split payment, para depois chegarem nos detalhes e grupos mais específicos", diz Eduardo Lucas, sócio do Martinelli Advogados. De 22 temas pendentes de regulamentação em junho, segundo levantamento da banca, cerca de metade teve alguma sinalização ou andamento, mas ainda não estão resolvidos. "A angústia do contribuinte se dá por conta do prazo. Estamos em novembro e não temos informações sobre alguns sistemas, como o do Simples Nacional."

Entidades de diferentes setores pediram a extensão do período de testes, realizado neste ano. Na semana passada, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), em cartas enviadas aos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, apontou que "não houve tempo suficiente para o desenvolvimento pleno do novo sistema por parte dos Fiscos, nem de preparação por parte das empresas".

Um dos pontos levantados é a regulamentação "incompleta e instável" do CBS e do IBS, o Imposto sobre Bens e Serviços. Pelo calendário atual, a reforma começa no dia 1º de janeiro com a cobrança da CBS e uma alíquota simbólica de 0,1% do IBS.

Há também críticas à apuração assistida, uma espécie de declaração pré-preenchida da CBS e do IBS, e ao ambiente de testes - que replica o sistema definitivo da nova tributação. A plataforma, segundo a entidade, é instável e não suporta, por ora, grandes volumes de operações.

Na **reforma tributária**, a CBS substituirá o PIS e a Cofins, que é federal. Já o IBS entrará no lugar do ICMS, de competência estadual, e do ISS, que é municipal. O Imposto Seletivo, de caráter regulatório, substituirá o IPI. A implantação das mudanças será gradual, com a reforma totalmente encerrada em 2033.

O setor financeiro, por sua vez, pede mais tempo para a cobrança da Declaração de Regimes Específicos (Dere) - obrigação acessória eletrônica do IBS e da CBS. Quer que, no início, não sejam aplicadas multas por algum erro ou descumprimento. "A gente fez poucos testes e isso é um problema", afirma a presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (Fin), Cristiane Coelho.

O advogado Eduardo Lucas destaca a falta de modelos de notas fiscais. "Sem os modelos, não é possível faturar e vender. Parece que o governo está tentando resolver os temas maiores e questões muito técnicas vêm à reboque e são tratadas pelo Comitê Gestor do IBS ou técnicos da **Receita Federal**", diz.

Outro ponto que segue pendente é o do tratamento das "amostras grátis", problema que existe para PIS e Cofins. Falta definir quantas unidades podem ser entregues sem cobrança de imposto. As notas fiscais terão que informar o que é amostra grátis, bonificação ou desconto, itens que precisam ser conceituados, diz o tributarista.

"São muitos detalhes que faltam", afirma Gustavo Madi, diretor da LCA Consultoria Econômica, citando a falta de definição de modelos de notas fiscais e de questões importantes para as plataformas digitais. "São coisas aparentemente pequenas no conjunto, mas que tornam difícil para as empresas saberem como operacionalizar a vida nesse novo regime." Uma das preocupações principais é os sistemas não estarem funcionando adequadamente e não ter havido tempo para testes, segundo Madi.

De acordo com Pedro Salerno, também da LCA, eventual aumento da tributação vai se acomodar, mas a incerteza gera um problema muito difícil para o setor produtivo. "Tem empresas vendendo agora os serviços que serão prestados em janeiro e fevereiro de 2027 sem saber que preço fazer, se coloca ou tira o tributo. Isso gera uma paralisia, uma ansiedade em cada empresa e processo de compra", afirma.

Para Roberto Bordinhão, diretor sênior TAX na Alvarez Marsal, o ano de 2026 não foi suficiente para a realização de testes. Os contribuintes, acrescenta, ainda aguardam uma nova versão da regulamentação.

Já foram publicadas duas leis complementares (nº 214, de 2025, e nº 227, de 2026) e os regulamentos dos novos **tributos**, mas ainda há lacunas em aberto, de acordo com o especialista. "A versão atual remete diversas definições para atos futuros. São muitas perguntas sem resposta", diz.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) aponta que levou diversos pontos em aberto para a **Receita Federal**, como os que tratam de créditos tributários. De acordo com Gilberto Alvarenga, consultor tributário da entidade, fica dúvida sobre como devem ser tratados bens e serviços de consumo pessoal - como seguro de vida coletivo e campanhas de vacinação promovidas pelas empresas.

Alvarenga destaca ainda que uma creche nas dependências da empresa para os filhos de colaboradores dá direito a crédito tributário, mas não há a mesma previsão para auxílio-creche. "Se a indústria compra o melhor óleo para máquina, ganha o direito a crédito. Mas sobre benefícios aos empregados, ainda há muitas dúvidas."

Sobre a falta de layouts de notas fiscais, o consultor destaca a falta de definição referente à locação de imóveis. "Não basta divulgar, as empresas têm que assimilar as informações, incorporar nos seus sistemas, testar, verificar como será a relação com seus clientes", diz ele, lembrando que outro ponto relevante para o comércio é a regulamentação do cashback - o sistema de devolução de valores para a baixa renda. "O comércio precisa disso."

Em nota, o Ministério da Fazenda informa que a implementação da reforma entra em uma nova etapa marcada pela consolidação dos instrumentos regulatórios, pelo avanço da infraestrutura tecnológica e pela ampla preparação dos entes federativos e dos contribuintes. Até 2 de novembro, mais 3,6 bilhões de documentos fiscais com destaque da CBS foram emitidos, representando 86,9% do total de documentos abrangidos por esta obrigatoriedade. "A implementação já está em curso, com crescente adesão de entes federativos, empresas desenvolvedoras de software, administrações tributárias e contribuintes", afirma.

Todos os atos normativos, diz a Fazenda, estão distribuídos em grupos de trabalho conjuntos formados pela **Receita Federal** e Comitê Gestor (CGIBS). "Os trabalhos caminham para que tanto as pendências normativas quanto operacionais estejam finalizadas até o início de 2027. Dentre eles, o mais importante é a estrutura do documento fiscal, que está com os trabalhos em fase bastante avançada", afirma. Ainda segundo a nota, a publicação da revisão do regulamento nos próximos dias e novos atos conjuntos até o final do ano preencherão as lacunas normativas, e a parte operacional dos documentos fiscais está próxima de ser concluída.

Relator quer votar regulação da IA este ano

"Chave desse projeto de lei é deixar no desenho da governança" Aguinaldo Ribeiro

No discurso de vitória das eleições, o presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a mencionar que é preciso regular a inteligência artificial (IA) no Brasil. Durante a campanha, ele acusou a Meta de privilegiar conteúdos de direita e o próprio comitê independente da companhia indicou falhas na atuação da empresa nas eleições. Ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a empresa negou interferência ou viés eleitoral. Esses e outros episódios, segundo especialistas, impulsionaram a necessidade do marco legal no país.

Em meio ao vácuo legislativo, o Judiciário tem dado decisões para sanear o tema, como a recente liminar da Justiça de São Paulo que vedou uso de conteúdo jornalístico para treinar a IA da Meta. Se depender do relator, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o projeto de lei nº 2338/23 tem condições para ser aprovado ainda este ano no Congresso, onde tramita há mais de três anos. "Por mim, dá para fechar", disse ao Valor em evento do Pinheiro Neto Advogados, com a Natura e a Câmara de Comércio

Internacional (ICC Brasil), nesta segunda-feira, em São Paulo.

A dificuldade está mais em conciliar a votação do texto com outras pautas na agenda da Câmara dos Deputados, como o voto distrital e a regulamentação do Imposto Seletivo, da **reforma tributária**. Ribeiro teve uma reunião com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), ontem para tratar do assunto. Também deve se encontrar com o governo federal para alinhar os próximos passos. "Nesta semana, as coisas devem se definir."

Um dos alinhamentos é manter ou não a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) como órgão central para acompanhar e coordenar a aplicação do marco legal com outras agências reguladoras. "No texto, estamos criando uma governança nova para que alguém cuidar da política e alguém executar. Vejo a ANPD como esse órgão de execução e ela passaria a ter um escopo maior, mas essa é a discussão que a gente tem que ter com o governo", disse.

Para José Alexandre Buaiz Neto, sócio do Pinheiro Neto, o modelo de um órgão só funciona, desde que dialogue com agências. Segundo ele, as eleições fomentaram a urgência da regulação e a grande preocupação das empresas é que o projeto não fique engessado. "É necessário que a legislação seja dinâmica e que se façam adaptações de tempos em tempos, até porque a IA é muito rápida. O que era nossa preocupação há um ano é muito diferente hoje."

Buaiz menciona que muitas empresas adotaram medidas de boas práticas internas, mas a lei é importante para definir as balizas e fazer com que elas saibam "exatamente aquilo que tem que ser feito e o que se espera".

No evento, Aguinaldo Ribeiro definiu a regulamentação da IA como "grande desafio" pela falta de referências globais e avaliação das regulações que já foram feitas. Ao Valor, afirmou que o projeto tem sido desenvolvido com foco na participação humana e preservação de direitos fundamentais e que ele possa resistir às mudanças tecnológicas .

"A chave desse projeto é deixar no desenho da governança, ter parâmetros definidos e, ao longo do tempo, como no Conselho Monetário Nacional, você vai mudando por resolução a partir da necessidade e da evolução tecnológica, para não precisar estar mudando a lei, se não toda semana teria uma lei nova", disse.

Em relação a temas como remuneração por treinamento de IA e direitos autorais, ele afirmou que os autores devem ter seus direitos preservados. "O autor da matéria, do texto, da música ou da obra tem que ter preservado o direito, como já tem isso preservado por lei hoje.", diz.

A ideia é permitir acordos diretos entre as partes, sem intermediação do governo. "A gente está tentando ver qual é o melhor caminho de se adaptar, mas o princípio é manter a preservação do direito e a não permissão de utilização. Como é que eu posso fazer isso ou aquilo sem que haja permissão do autor? Isso é uma questão que já temos como conceito", disse.

O deputado acrescentou ainda, no discurso durante o evento, que "nunca existe o texto ideal, é o texto que a gente consegue aprovar". "A gente sempre parte de um texto ideal, mas tem ao longo do processo negociação política e uma série de interesses e lógico que o Congresso Nacional é uma casa que reflete os interesses", adicionou. O PL foi elaborado por uma comissão de juristas e aprovado no Senado Federal no final de 2024. Na Câmara, aguarda parecer da Comissão Especial de Inteligência Artificial.

Split payment: eficiência fiscal pode beneficiar empresas

A implementação do split payment , mecanismo previsto na **reforma tributária** que permite o recolhimento do IBS e da CBS no momento da liquidação financeira das operações comerciais, tem provocado preocupações legítimas no setor produtivo. A principal delas diz respeito ao capital de giro, pois muitas empresas utilizam hoje o intervalo entre o recebimento das vendas e o vencimento dos **tributos** para financiar parte de suas atividades.

Em que pese a Lei Complementar nº 214/2025 ter previsto uma modalidade que desconta os créditos acumulados nas compras, o efeito sobre o caixa permanece, sobretudo para as pequenas e médias empresas, que têm acesso mais restrito e mais caro ao crédito.

Importante destacar o que o mecanismo entrega ao Estado. Ao vincular o recolhimento à liquidação financeira, o split payment reduz as oportunidades de inadimplência e, combinado com a fiscalização, pode dificultar fraudes envolvendo as chamadas empresas "noteiras". Com isso, reduz também a vantagem indevida de quem descumpre suas obrigações e protege as empresas que recolhem corretamente seus **tributos**.

Convém, todavia, distinguir os fenômenos. A inadimplência ocorre quando um tributo devido deixa de ser pago, enquanto a sonegação envolve ocultação, omissão ou fraude. O split payment atua sobre o recolhimento de operações registradas e, por isso, não elimina a sonegação nem dispensa o trabalho dos auditores fiscais, da inteligência tributária e da investigação.

Dessa forma, se o Estado passar a arrecadar mais porque a inadimplência diminuiu, parece razoável que parte desse ganho ajude as empresas a se adaptarem ao novo sistema. A proposta é avaliar a criação de um programa transitório de crédito em condições favorecidas para empresas que comprovem dificuldade de liquidez durante a transição, com atenção especial às pequenas e médias. Critérios objetivos de acesso, prazo definido e acompanhamento de resultados evitariam subsídios indiscriminados e compromissos permanentes para o Estado.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Por óbvio, não se cogita devolver **tributos** nem premiar quem deixa de pagá-los. Embora os valores destinados aos **tributos** não sejam receita própria das empresas, sua disponibilidade temporária integra a dinâmica financeira de muitos negócios. A mudança cria, portanto, necessidades de financiamento que merecem atenção.

O programa não precisaria de um fundo novo. A Constituição veda a vinculação da receita de **impostos** a fundo ou despesa, e o IBS pertence a estados e municípios. O caminho mais simples seria usar a arrecadação adicional como referência para definir o volume de recursos no orçamento e operá-los por linhas de crédito já existentes, como o Pronampe e os programas do BNDES.

A distinção entre inadimplência e sonegação importa também para dimensionar esse apoio. Estudos técnicos, com estimativas conservadoras, teriam de identificar o aumento efetivo de receitas e separar os ganhos permanentes das meras antecipações de recolhimento, que não representam arrecadação adicional. A implementação gradual do mecanismo oferece a oportunidade de medir esses efeitos antes de definir o tamanho do programa.

Parte da resistência ao split payment decorre da percepção de que o Estado pretende melhorar sua arrecadação transferindo ao setor produtivo os custos financeiros da mudança. Um instrumento de apoio à liquidez, com regras claras e prazo certo, poderia reduzir essa resistência e favorecer a cooperação entre o Fisco e os contribuintes.

A **reforma tributária** oferece ao Brasil a oportunidade de demonstrar que eficiência arrecadatória e desenvolvimento econômico podem caminhar juntos. Se o Estado arrecadar mais porque a inadimplência diminuiu, por que não utilizar parte desse ganho para ajudar as empresas a se adaptarem ao próprio mecanismo que o tornou possível? Transformar eficiência fiscal em apoio concreto ao setor produtivo pode converter uma medida que hoje enfrenta resistências em um projeto de interesse compartilhado entre Estado e empresas.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL
Split payment: eficiência fiscal pode beneficiar empresas

Site: https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2026/11/split-payment-eficiencia-fiscal-pode-beneficiar-empresas.shtml

Pressão para adiar implementação da reforma tributária cresce, mas deputados descartam mudança no calendário

Por Rafaela Rosa, Mariana Assis, TV Globo e g1 - Brasília

Segundo eles, o governo e o Congresso mantêm o compromisso de iniciar a implementação em janeiro de 2027.

"Não há nenhuma conversa. O presidente da Câmara e o presidente do Senado conversaram já com o ministro. O presidente da Câmara me disse hoje: não é ideia nenhuma que a gente tenha adiamento", afirmou Joaquim Passarinho (PL-PA), presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo.

Na semana passada, Durigan afirmou que o governo não pretende adiar o início da cobrança da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), prevista para janeiro de 2027. Ele disse que haverá um programa de conformidade para evitar penalidades a contribuintes que cometerem erros de boa-fé.

A reforma prevê a substituição gradual de **tributos** sobre o consumo pela CBS, de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de estados e municípios. A transição começa em 2027 e será concluída em 2033.

O deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA), um dos relatores da reforma na Câmara, disse que Durigan foi categórico ao defender a continuidade do cronograma.

"O ministro Dario Durigan foi extremamente objetivo e taxativo de que [o governo] vai avançar com a **reforma tributária**. O que está sendo dito de que eventualmente poderia ser adiado não é verdade", afirmou.

Segundo Cajado, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), se comprometeu a votar a resolução que trata da alíquota da CBS. Na Câmara, a expectativa é avançar com a medida provisória do Imposto Seletivo assim que for designado um relator.

O deputado afirmou que 2027 será um ano de ajustes e que erros cometidos de boa-fé poderão ser corrigidos sem aplicação de multas.

"Esse próximo ano de 2027 é de ajustes. Eles vão ser feitos. Quando houver erro de boa intenção, haverá correção. Não terá multa", declarou.

Os deputados também levaram a Durigan preocupações sobre o impacto da reforma para empresas do Simples Nacional. Segundo Passarinho, o ministro se comprometeu a estudar alternativas para manter a simplicidade do sistema.

??No final de outubro, o TCU aprovou proposta para que a alíquota de referência CBS seja de 11,3% em 2027. O valor será encaminhado ao Congresso Nacional. Caberá ao Senado fixar o valor final da alíquota, que será cobrada a partir de 2027, até 15 de dezembro.

??A proposta ficou acima de estimativas anteriores do setor privado e do Comitê Gestor do IBS, dos estados, que apontavam uma tributação de até 9,4% - gerando forte repercussão negativa no setor produtivo.

??Junto com o imposto dos estados e municípios, com cobrança integral prevista para 2033, a previsão de analistas é que o futuro imposto sobre o consumo atinja 30%. Se confirmada, seria maior do que a alíquota de todos os países desenvolvidos.

Site:
https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/11/11/pressao-para-adiar-implementacao-da-reforma-tributaria-cresce-mas-deputados-descartam-mudanca-no-calendario.ghtml

Você sabe o que é split payment ? Entenda mecanismo que separa imposto em pagamentos previsto para outubro de 2027

Por O Globo - Brasília

O split payment, sistema criado pela **Reforma Tributária** para separar e repassar automaticamente os novos **tributos** no momento do pagamento, deve estar em funcionamento praticamente pleno nas operações entre empresas apenas a partir de outubro de 2027.

Esse é o cenário com que trabalha o setor financeiro, responsável por colocar a ferramenta de pé, como mostrou o colunista do GLOBO Fabio Graner. Os testes começam em março, e a entrada será gradual, por meio de pagamento.

Hoje, a empresa que vende recebe o valor cheio da operação e recolhe o imposto depois. Com o split payment, a parcela referente aos **tributos** é separada na hora em que o pagamento é liquidado e segue direto para os cofres públicos. O vendedor recebe o valor já líquido. O mecanismo vale para os dois **tributos** criados pela reforma: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de estados e municípios.

Para o Fisco, o sistema é considerado fundamental para reduzir a sonegação, já que o imposto deixa de passar pelo caixa de quem vende. Para as empresas, é visto como decisivo por duas razões: reduz o custo operacional de apurar e pagar os **tributos** e garante o crédito do imposto pago nas etapas anteriores da cadeia produtiva, que o comprador pode abater do que deve.

Segundo a presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (Fin), Cristiane Coelho, o calendário prevê dois blocos.

O primeiro começa em março, com testes nas transferências entre contas de um mesmo banco, as chamadas TEFs, em operações com empresas maiores. Em maio, entram as TEDs, que respondem por cerca de 60% do volume financeiro movimentado pelas companhias, e o Pix estático, feito com um código fixo. A previsão é que esse bloco esteja funcionando plenamente em agosto.

O segundo bloco começa a ser testado em julho e inclui os boletos, que concentram o maior número de operações, além do Pix dinâmico e do Pix automático. O início efetivo está previsto para outubro.

Mantido o início da **Reforma Tributária** em janeiro, as empresas passarão os primeiros meses do ano sem o split payment. Nesse período, terão de usar o chamado recolhimento pelo adquirente, modalidade em que cabe ao comprador recolher o tributo e que exige uma apuração mais complexa.

O diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mário Sérgio Telles, afirma que isso vai gerar custos operacionais extras. Ele voltou a defender a prorrogação por um ano do período de testes da reforma, o que na prática adiaria a sua vigência. A proposta enfrenta resistência na equipe econômica.

Telles também questionou a alíquota da CBS, fixada em 11,3% pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A CNI quer que o período usado como referência para manter a carga tributária mude de 2012 a 2021 para 2023 a 2025. Segundo ele, a troca retiraria do cálculo os valores recolhidos com a inclusão do ICMS na base do PIS/Cofins, cobrança derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2017.

Há ainda uma negociação em curso sobre quanto os bancos vão receber pelo serviço. De acordo com Cristiane Coelho, o setor financeiro pede a revisão da remuneração de R$ 0,39 por transação, que considera insuficiente para cobrir os custos, sobretudo no início, quando o número de operações será menor.

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/11/11/voce-sabe-o-que-e-split-payment-entenda-mecanismo-que-separa-imposto-em-pagamentos-previsto-para-outubro-de-2027.ghtml

Reforma Tributária: Fazenda deve anunciar medidas para manter calendário de 2027 e evitar multas na transição

O Ministério da Fazenda deve anunciar nesta quarta-feira um conjunto de medidas para garantir que a **Reforma Tributária** entre em vigor normalmente em 2027, como prevê o cronograma. A principal delas é a decisão de não aplicar multas aos contribuintes neste primeiro momento de funcionamento do novo sistema, segundo integrantes do governo.

O pacote deve incluir ainda ajustes em questões acessórias, voltados a permitir que a implementação ocorra sem prejuízo para as empresas. A intenção é reforçar o esclarecimento das regras e reduzir as incertezas operacionais, inclusive com um programa de conformidade específico, que dê tranquilidade de que não haverá punição para quem cometer erros de boa-fé.

O anúncio é uma resposta à pressão crescente do setor privado pelo adiamento da reforma. A Confederação Nacional da Indústria (CNI), que representa o setor apontado como o maior beneficiado pelas mudanças, enviou carta aos ministros da Fazenda, Dario Durigan, e do Desenvolvimento, Márcio Elias Rosa, pedindo que o início seja postergado por um ano e que 2027 funcione apenas como período de testes. A tese ganhou nesta semana o apoio de ex-integrantes do governo que participaram da construção do texto aprovado no Congresso.

A área econômica resiste. A avaliação majoritária no Executivo é que mexer no calendário ampliaria a pressão de grupos de interesse, aumentaria o risco de novas exceções serem incluídas na legislação e comprometeria a implementação das mudanças.

Com as medidas, o governo também tenta afastar um efeito colateral da transição: a alta de preços. Há uma leitura na equipe econômica de que parte dos empresários, sem conseguir calcular com precisão o impacto do novo sistema sobre seus custos, pode reajustar preços preventivamente para se proteger de um eventual aumento de carga tributária.

Uma das dificuldades apontadas pelas empresas é que o split payment, sistema que separa automaticamente os novos **tributos** no momento do pagamento, só deve funcionar plenamente a partir de outubro do ano que vem. Até lá, elas terão de usar um modelo mais trabalhoso de recolhimento.

Integrantes do governo atribuem parte das queixas ao atraso das próprias empresas na adaptação. Segundo essa visão, alguns empresários adiaram os preparativos por apostarem na vitória do senador Flávio Bolsonaro (PL) na eleição presidencial. O candidato era crítico da reforma, falava em não implementar o split payment e em mudar as regras aprovadas pelo Congresso. Sua campanha chegou a cogitar manter a reforma apenas no plano federal, abandonando a parte que envolve estados e municípios, prevista para começar em 2029.

Site:
https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2026/11/11/reforma-tributaria-fazenda-deve-anunciar-medidas-para-manter-calendario-de-2027-e-evitar-multas-na-transicao.ghtml

Imposto Seletivo sobre aeronaves gera incerteza e pode travar frota no país

Adicione como fonte preferencial no Google

A regulamentação do Imposto Seletivo (IS), na esteira da **reforma tributária**, acendeu o sinal de alerta no setor de aviação. Editada para fixar as regras de transição em 2027, a Medida Provisória nº 1.399 estabeleceu uma alíquota de 6,8% para aeronaves, atingindo em cheio a aviação executiva e particular.

Embora o governo justifique o tributo como ferramenta para desestimular emissões de poluentes e bens de luxo, especialistas apontam que a cobrança pode encarecer a renovação de frotas, elevar custos logísticos e incentivar a migração de registros e operações para o exterior.

Previsto na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a primeira etapa da **Reforma Tributária** do consumo no Brasil, o IS incide sobre a primeira disponibilização do bem ou no desembaraço aduaneiro. A nova legislação preserva certas operações: concede alíquota zero para linhas comerciais regulares, aviões agrícolas e modelos 100% elétricos, além de prever redução de 50% para empresas de táxi-aéreo.

No entanto, modelos executivos utilizados para viagens de negócios enfrentam agora um cenário de alta de custos que vai além do índice nominal de 6,8%. Nas importações, canal pelo qual chega a maior parte dos jatinhos ao país, a incidência de um fator de ajuste de 1,17 previsto na MP faz com que a taxa efetiva ultrapasse os 7%.

"O Imposto Seletivo não gera crédito, então esse valor vira custo direto e encarece a expansão das frotas", avalia o advogado tributarista Leandro Alves, do escritório Bento Muniz Advocacia. Segundo ele, o impacto recai justamente em um mercado de longo prazo. "Para 2027, a MP prevê um alívio parcial, mas ele expira em dezembro, e as regras definitivas ainda dependem de lei futura. Para um setor que investe com horizonte de décadas, essa incerteza pesa mais do que a própria alíquota", afirma o especialista.

Fuga de ativos

A nova dinâmica também altera a lógica societária e contratual do setor. Como a legislação abrange o primeiro fornecimento do bem, e não apenas a compra e venda tradicional, transações financeiras comuns no mercado aéreo ganham complexidade.

"O mercado de aviação executiva trabalha com diferentes modelos de aquisição, financiamento, arrendamento e disponibilização de aeronaves, e o enquadramento de cada operação poderá produzir consequências tributárias distintas", explica Eduardo Vieira, especialista em direito empresarial e sócio do Vieira e Serra Advogados.

Vieira pontua que a aviação executiva não é restrita a luxo pessoal, funcionando como ferramenta de deslocamento em regiões sem voos regulares. Ele destaca o risco à competitividade nacional: "Esse é um mercado internacionalizado, no qual os investidores têm alternativas de aquisição, registro e operação em diferentes países. Uma tributação que torne o Brasil menos competitivo pode estimular a transferência de operações para outras jurisdições, com reflexos sobre investimentos, empregos e arrecadação."

Sustentabilidade

Outro paradoxo apontado no setor diz respeito à modernização dos aparelhos. O querosene de aviação já figura como uma das principais despesas operacionais no Brasil, e a compra de novos jatos é o caminho mais rápido para reduzir o consumo de combustível e a pegada de carbono.

"A aviação já enfrenta custos elevados. Estamos falando de bens de alto valor, e o custo adicional pode adiar compras e a renovação da frota", afirma Wilson Sahade, sócio do Lecir Luz E Wilson Sahade Advogados.

Para Sahade, a restrição ao investimento contraria a própria tese ambiental associada ao tributo: "Aeronaves mais eficientes podem reduzir consumo, emissões e custos. Se a cobrança dificultar essa substituição nos segmentos atingidos, poderá contrariar sua finalidade. O resultado deve ser avaliado pela eficiência e pelos efeitos econômicos, e não apenas pela arrecadação."

Segundo o governo federal, as alíquotas definitivas do Imposto Seletivo, com vigência prevista para 2028, serão encaminhadas ao Congresso Nacional por meio de um projeto de lei.

Site: https://noticias.r7.com/prisma/luiz-fara-monteiro/imposto-do-pecado-sobre-aeronaves-gera-incerteza-e-pode-travar-frota-no-pais-11112026/

Conselho da Justiça Federal recua em crédito para pagar penduricalhos

LÓREN SOUZA E LAVÍNIA KAUCZ

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho de Justiça Federal (CJF), ministro Luis Felipe Salomão, desistiu do crédito extraordinário para pagar verbas indenizatórias, conhecidas como penduricalhos. A solicitação do crédito extra foi feita pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e pelo CJF ao advogado-geral da União, Jorge Messias. As instituições requeriam um valor de R$ 533 milhões para os penduricalhos. Desse valor, a parcela referente à Justiça seria de R$ 208,9 milhões.

Ontem, no entanto, o ministro desistiu do pedido e enviou a Messias um ofício cancelando a solicitação referente à Justiça Federal. No documento, Luis Salomão agradece a atuação do AGU, diz que o orçamento foi revisto e afirma que a Justiça Federal conseguirá pagar as contas sem suplementação de crédito extra.

"Após o envio daquele documento, surgiram fatos novos com aportes de receitas e adequações orçamentárias - típicas desta época de final de ano com empenhos e despesas não efetuadas -, ensejando consequente reanálise das contas, por isso que cessou, no âmbito da Justiça Federal, a necessidade então identificada. Solicito, portanto, que Vossa Excelência comunique aos eminentes Relatores a desistência do pedido no que se refere ao Conselho da Justiça Federal", escreveu o juiz. PETIÇÃO. O documento a que Salomão se refere é uma petição enviada pelo AGU, após o pedido de crédito extra, ao Supremo Tribunal Federal (STF) direcionada aos ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino e Alexandre de Moraes, relatores de uma ação sobre a legalidade dos penduricalhos - que permitem ganhos superiores ao teto salarial do funcionalismo público, de R$ 46,3 mil. Parte desses valores é livre de **impostos**.

Na petição, o AGU pede a concessão de recursos sem previsão na Lei Orçamentária Anual, aprovada em janeiro deste ano. Com os novos penduricalhos, o Judiciário reivindicava R$ 208,9 milhões e o Ministério Público Federal R$ 324 milhões. Esse déficit foi gerado a partir de decisão do próprio STF que recriou o quinquênio, adicional de 5% a cada cinco anos limitado a 35% do salário-base.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Operação sobrevida para o BRB

Ainda sem divulgar balanço, o banco fica com ativos podres, enquanto vende os ainda valiosos

Acada dia que passa, a situação do Banco de Brasília (BRB) torna-se ainda mais insólita. Em vez de divulgar seus resultados financeiros - coisa que não faz há mais de um ano -, o BRB, por meio de seu controlador, o governo do Distrito Federal (DF), segue pressionando o Supremo Tribunal Federal (STF) e o governo federal a fazer concessões enquanto definha em praça pública.

Além de ter recorrido ao STF para tentar forçar o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) a conceder um empréstimo bilionário ao BRB, o que ainda não se materializou, o governo do DF agora pediu ao presidente do Supremo, Edson Fachin, que o Banco Master pague uma indenização de R$ 2,2 bilhões ao BRB. "O Distrito Federal figura, ao lado do BRB, como vítima das condutas investigadas", diz a petição da Procuradoria-Geral do DF, em relação à associação do BRB com o Banco Master.

A cronologia do caso, porém, parece apontar para outra direção. O BRB anunciou a intenção de comprar parte do Master em março de 2025, mas só cinco meses depois - e por determinação da Justiça -, o governo do DF solicitou autorização ao Legislativo local para uma aquisição de tamanha envergadura.

O negócio, como se sabe, não só não foi autorizado pelo Banco Central, como o Master acabou sendo liquidado extrajudicialmente. Ademais, investigações da Polícia Federal já levaram ao indiciamento, por crimes financeiros, do ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa e de outros executivos do banco regional, o que põe em xeque o papel de vítima do BRB no maior escândalo financeiro da história do Brasil.

Ao mesmo tempo que esconde do País o real tamanho do estrago que o envolvimento com o Master causou em seu balanço, o BRB se desfaz de ativos valiosos, como créditos imobiliários, garantindo, assim, uma espécie de sobrevida.

Conforme revelou o Estadão/Broadcast, o BTG já adquiriu boa parte dos ativos do BRB, incluindo mais de 50% da carteira de crédito imobiliário. Isso não significa que o BTG esteja adquirindo o controle da instituição pública, mas apenas comprando, com desconto, as joias que o BRB ainda detém.

Entre pressões e omissões de atores como o STF e o Banco Central, o BRB vai mantendo alguma liquidez enquanto dilapida o próprio patrimônio. Vão-se os ativos valiosos, ficam os podres.

Circula em Brasília o boato de que a liquidação do BRB ainda não avançou porque bilhões em depósitos judiciais são mantidos no banco. Também já estaria em estudo a criação de uma entidade que passaria a administrar operações do governo do DF hoje a cargo do BRB, como os cartões de transporte público.

Embora nada disso surpreenda, não deixa de ser aviltante. O mínimo que as autoridades devem fazer, em respeito ao contribuinte brasileiro, é garantir que o BRB revele de uma vez por todas o tamanho do prejuízo provocado pela associação com o Master.

Aparentemente, porém, é mais conveniente para muitos que o BRB vá se despojando do que ainda tem de valioso, mantendo-se numa custosa UTI. Tanto pior para os pagadores de **impostos**.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

O Petrobras lucra R$ 39,75 bilhões no 3 tri, alta de 21,5%

o no 3 trimestre do ano. O lucro líquido atingiu R$ 39,75 bilhões de julho a setembro de 2026, aumento de 21,5% em relação ao mesmo período do ano passado. O desempenho é resultado da disparada do petróleo depois do início da guerra no Irã e de recordes de produção da companhia.

Além do balanço, a estatal anunciou a distribuição de

R$ 15,3 bilhões a acionistas, como antecipação da remuneração relativa ao exercício de 2026, declarada com base nos resultados do terceiro trimestre. O montante equivale a R$ 1,18732774 por ação ordinária (ON) e preferencial (PN) em circulação.

A primeira parcela, de R$ 0,59366387 por ação ON e PN, será paga em 22 de fevereiro de 2027. Já a segunda parcela, de R$ 0,59366387 por ação ON e PN, será quitada em 22 de março. Esses valores serão descontados da remuneração aos acionistas que será aprovada na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2027, sobre os resultados de 2026.

A receita de vendas da Petrobras totalizou R$ 169,3 bilhões, aumento de 32,4% sobre o terceiro trimestre de 2025, enquanto o lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado alcançou R$ 85,8 bilhões, alta de 34,3% em relação a julho-setembro do ano passado. A estatal atribuiu os números a fatores operacionais, como recordes na produção de óleo e gás e de derivados, que resultaram em forte geração de caixa.

"No terceiro trimestre deste ano, alcançamos novamente recordes de produção de óleo e gás, elevando nossa curva de produção a um patamar histórico para a companhia [...] No refino, alcançamos recorde de produção de diesel e 99% de fator de utilização das refinarias na média deste trimestre", disse em nota a presidente da estatal, Magda Chambriard.

Com os recordes de produção de petróleo e gás, a Petrobras revisou projeções operacionais para 2026. A expectativa de produção própria total passou de 3,1 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/dia) para uma faixa entre 3,3 milhões e 3,4 milhões de boe/dia.

A cotação média do barril de petróleo Brent ajudou a impulsionar o resultado. A commodity se valorizou 40,4% em um ano: fechou o trimestre com média de US$ 97 ante US$ 69,07 no mesmo trimestre de 2025. Também influiu no balanço a elevação da margem de refino da Petrobras ("crack spread") - preço médio dos derivados frente à cotação internacional do óleo cru.

"O fluxo operacional de caixa também assegurou o pagamento de dividendos aos acionistas e contribuiu para a redução da dívida financeira da companhia", afirmou em nota Fernando Melgarejo, diretor financeiro e de relacionamento com investidores da Petrobras.

A dívida bruta da estatal fechou o terceiro trimestre em US$ 69,97 bilhões, abaixo do limite de US$ 75 bilhões fixado como premissa no Plano de Negócios 2026-2030 para a realização de investimentos. O valor caiu 1% na comparação anual.

A receita de vendas de derivados no mercado interno, no trimestre encerrado em setembro, subiu 35% na comparação anual, para R$ 162,39 bilhões. As vendas de diesel cresceram 6,2% no período, para R$ 41,17 bilhões, enquanto a comercialização de gasolina caiu 4,7%, para R$ 16 bilhões. Ainda segundo a Petrobras, os preços dos derivados nas refinarias da companhia cresceram em média 26,1% entre julho e setembro.

A exportação de petróleo pela companhia cresceu 46,2% no trimestre encerrado em setembro, para R$ 43 bilhões.

Embraer intensifica negociações na Índia e nos Estados Unidos

Nos Estados Unidos, a companhia brasileira tem negociado a venda do KC-390 ao governo americano

A Embraer tem demonstrado uma visão otimista com duas de suas principais campanhas em aberto para a venda de aviões, na Índia e nos Estados Unidos. Segundo o CEO da fabricante, Francisco Gomes Neto, o otimismo chega também com o reconhecimento de que a concorrência é elevada.

A fabricante fechou o terceiro trimestre com receita de R$ 12,1 bilhões, alta de 11% e recorde histórico para um terceiro trimestre. O lucro aos acionistas controladores, entretanto, caiu 41%, para R$ 366,7 milhões, reflexo de maiores despesas financeiras por causa da marcação a mercado das ações do plano de incentivo de longo prazo e **impostos** no período. Operacionalmente, a empresa manteve boa demanda por seus jatos.

A Índia é uma das maiores apostas da fabricante, que negocia a venda de aeronaves comerciais e de Defesa ao país. Segundo reportagem da Reuters, a IndiGo, maior aérea da Índia, está negociando a compra de 100 jatos da Embraer, além de 50 opções. A fabricante informou que não comenta negociações em andamento.

O investimento na Índia tem crescido nos últimos anos. Em 2025, o grupo abriu um escritório no país e fechou acordo com fabricantes de peças na região, que vão colaborar no fornecimento às plantas no Brasil e podem vir a ser parceiros na produção em solo indiano, a depender do fechamento de acordos por lá.

"Estamos otimistas e realistas ao mesmo tempo. A gente entende ter o melhor produto [o KC390]. Mas a competição se dará por preço. Na área comercial, o mesmo. Temos um bom argumento para vencer na Índia, mas entendemos as dificuldades", disse Gomes Neto ao Valor.

No lado comercial, o governo indiano tem demonstrado forte interesse em estimular a aviação regional por meio de um prograajuda ma (chamado de UDAN) de incentivos fiscais e de infraestrutura. Em março de 2026, anunciou uma nova versão do UDAN, que tem o objetivo de desenvolver 100 aeroportos a partir de pistas existentes e não atendidas pela aviação comercial. A nova fase vai representar um investimento de 121,59 bilhões de rúpias indianas (perto de R$ 6,3 bilhões) em oito anos.

A Embraer sinalizou que, caso receba pedidos até o fim deste ano, consegue entregar as primeiras aeronaves até o encerramento de 2028. Ainda conforme a empresa, caso receba pelo menos 200 aviões encomendados, há chances de levar uma linha de produção comercial ao país - essa seria a primeira linha dos E-Jets fora do Brasil.

Outra campanha aberta é para a venda do KC-390 ao governo indiano, que abriu um chamado para comprar de 40 a 80 aeronaves. Conforme reportagens publicadas na imprensa indiana, as propostas finais ao governo do país deveriam ter sido entregues até este mês, mas grupos chegaram a pedir a postergação do prazo e ele foi estendido para janeiro. Além da Embraer, entre os principais concorrentes está a Lockheed, fabricante do C-130 Hércules.

Nos Estados Unidos, a Embraer tem negociado a venda do KC-390 ao governo. Diferentemente da Índia, não há uma campanha aberta por lá. De olho nesse mercado, a fabricante brasileira firmou uma parceria com a Northrop Grumman para fazer adaptações no KC390 para que ele consiga atender às exigências da Força Aérea dos Estados Unidos e de aliados.

Segundo o executivo, o grande destaque do resultado do terceiro trimestre é a posição de crescimento de todas as unidades de negócio. "Essa diversificação de segmentos traz sinergia importante e a gente a navegar de acordo com a dinâmica do mercado", disse. No intervalo, o lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado foi R$ 1,63 bilhão, contra R$ 1,276 bilhão um ano antes. A margem Ebitda subiu 1,8 ponto percentual, para 13,5%. A companhia elevou suas projeções de receita líquida e fluxo de caixa para este ano.

Entre os desafios pela frente ainda está a cadeia de fornecimento complexa, com atrasos em partes como motores e componentes de fuselagem. Conforme o executivo, a disponibilidade de peças nos primeiros nove meses deste ano melhorou em 25% na comparação com igual período do ano passado. "Alguns problemas mudam de lugar. Na executiva estamos melhor. Na comercial está mais difícil. Vamos

resolver no ano que vem? Não. Mas estamos crescendo a produção a cada ano", disse Gomes Neto.

O executivo destacou ainda os esforços para melhorar a rentabilidade da produção da divisão comercial. No início, as aeronaves E2 da fabricante tiveram margens apertadas por causa de descontos e o mercado se questionava se o projeto do E2 iria vingar. "Essa era a dúvida e ela não existe mais. Com as vendas de 2025 e 2026, ficou claro que o avião traz benefícios. Fechamos setembro com uma carteira de US$ 15,8 bilhões apenas na comercial. Agora, o foco é melhorar a rentabilidade, renegociando contratos antigos que foram fechados na pandemia. Estamos olhando também a estrutura de custos da divisão", disse.

Atualmente, a divisão tem uma margem operacional perto de 2% e a meta é elevar esse número para 5% até 2028.

Dólar: maior cotação desde julho de 2025

» RAPHAEL PATI

O câmbio do dólar norte-americano chegou ao maior patamar em um fechamento desde julho de 2025 e encerrou o pregão de ontem cotado a R$ 5,59, com uma alta diária de 1,5%. Durante a sessão, o valor da divisa chegou a ultrapassar o barreira dos R$ 5,60, em um dia marcado pela publicação dos dados de **inflação** nos Estados Unidos e da divulgação da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que manteve a taxa de juros em 13,75% ao ano.

Nos Estados Unidos, o Índice de Preços ao Consumidor (CPI, na sigla em inglês) subiu 0,4% em outubro, acima da expectativa de mercado, que previa avanço de 0,3%, após uma alta de 0,6% em setembro. Os preços de alimentos e energia im-pactaram a trajetória de preços no país durante o período e pressionaram o índice geral para cima.

Ângelo Befltardo, gestor da Hike Capital, explica que todos os índices de **inflação** estão crescendo cerca de

50% acima da meta do Federal Reserve (Fed) - o banco central dos EUA -, que é de 2%. Em um cenário de **inflação** e mercado de trabalho subindo acima do que o mercado americano vinha estimando, a tendência é que os juros nos Estados Unidos sigam com viés de alta e permaneçam elevados por um tempo maior.

"Se o juro nos Estados Unidos sobe, a gente tem um menor diferencial de juros aqui no Brasil e isso faz com que o dólar tenda a se valorizar" explica Belitardo. Ele também credita a valorização do dólar à falta de sinalização fiscal mais contundente, até o momento, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para um corte de gastos. "Então, o cenário onde o Banco Central aqui no Brasil decide por manter a taxa Selic inalterada e Estados Unidos tendem a subir juros, isso cria uma pressão mais positiva para o dólar" conclui.

No mercado acionário, o Ibo-vespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) terminou o dia com uma queda de 0,52%, aos 171.336 pontos.

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/11/11/all.pdf

Pacote do governo mira gastos e isenções, em ajuste de R$ 50 bilhões

ALVARO GRIBEL VERA ROSA

Medidas devem ser detalhadas hoje durante reunião da Comissão Mista de Orçamento e encaminhadas em forma de projeto de lei complementar ao Congresso

Da página A1 Sob pressão para apresentar um projeto crível de controle de gastos, o governo vai encaminhar ao Congresso projeto de lei complementar para dar início ao que seria o ajuste fiscal do quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A ideia é inserir as medidas em projeto que trata da obrigatoriedade do seguro rural como compensação, de modo a perseguir o centro das metas fiscais.

As propostas poderiam levar a R$ 12,8 bilhões em contingenciamentos (contenção preventiva de gastos) extras, além de mais R$ 12,8 bilhões em limitações de compensações tributárias, corte linear de 10% de isenções tributárias (que poderiam gerar R$ 12 bilhões) e medidas para alterar o cálculo do piso da Saúde, retirando receitas voláteis do setor de petróleo - o que poderia render R$ 10 bilhões. Assim, a meta seria gerar um ajuste de pelo menos R$ 50 bilhões em 2027.

Segundo interlocutores ouvidos pelo Estadão, o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, pretende detalhar hoje as propostas durante reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Essa explicação já teria sido autorizada pelo presidente Lula antes da sua viagem para a COP-31, na Turquia.

Em essência, o objetivo da equipe econômica é garantir que o governo cumprirá a meta de superávit primário de 0,5% do **PIB** no ano que vem. Para isso, o governo prevê a criação de "gatilhos", que seriam acionados em caso de necessidade de contingenciamentos (ou seja, quando houver frustração da arrecadação projetada) nos relatórios bimestrais de receitas e despesas.

Gastos obrigatórios não constitucionais também ficariam passíveis de contingenciamentos, segundo a proposta. Outras medidas, por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), ainda estão em estudo e dependem de autorização de Lula.

Na divulgação de um relatório bimestral, caso o governo não consiga atingir o piso da meta, o gatilho seria acionado. Com esse mecanismo, o limite de crescimento geral das despesas do ano seria reduzida de 2,5% ao ano (o teto do arcabouço fiscal, descontada a **inflação**) para 2%. Na prática, essa diferença de 0,5 ponto poderia ser contingenciada pela equipe econômica. Pelas contas da equipe econômica, isso abriria um espaço de R$ 12,8 bilhões em 2027. Em paralelo, esse gatilho também permitiria limitar as compensações tributárias no mesmo montante.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), disse que o autor do projeto de lei complementar deve ser o senador Jaques Wagner (PT-BA). "Nosso compromisso é analisar tudo no Congresso, independentemente de sermos base do governo ou da oposição", afirmou Alcolumbre.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Para BC, dólar e El Niño são pontos que pioram previsões de inflação

Redação

Ata do Copom também cita fim da escala 6x1 e guerra no Oriente Médio para indicar "cenário desafiador" para taxa Selic

Da página A1 O Banco Central avalia que a piora recente nas expectativas da **inflação** exige "uma restrição monetária maior e por mais tempo do que outrora seria apropriado". É o que consta da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada na semana passada. Na sua primeira reunião depois do segundo turno das eleições, o colegiado interrompeu o ciclo de cortes e manteve a Selic (a taxa básica de juros) em 13,75% ao ano.

"As leituras mais recentes mostraram aceleração da **inflação** ao consumidor, tanto no índice cheio quanto na média das medidas subjacentes. Pelas duas métricas, o índice acumulado em 12 meses situa-se acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta", diz trecho do documento. "O comitê avalia que perseverança, firmeza e serenidade na condução da política monetária contribuirão para a reancoragem das expectativas, importante para a convergência da **inflação** à meta com menor custo."

O BC afirmou que os efeitos dos juros elevados sobre a economia estão se acumulando gradualmente, e que já existem sinais de desaceleração mais acentuada da atividade econômica, especialmente nos segmentos mais sensíveis ao crédito. Ainda assim, considera que a **inflação** continua pressionada pelo lado da demanda, o que exigiria a manutenção de uma política monetária restritiva.

Como parte desse diagnóstico, o BC listou quatro situações que têm mexido com as previsões para a trajetória da **inflação**: a alta do petróleo provocada pela guerra entre EUA e Irã, os efeitos climáticos do El Niño, a desvalorização do real decorrente de incertezas sobre a política econômica a partir de 2027 e o aumento dos custos do trabalho que deve resultar do fim da escala 6x1.

O comitê não sinalizou até quando deve manter a taxa de juros estável; em vez disso, apenas afirmou que seguirá acompanhando a evolução do cenário para manter a restrição adequada, de forma a assegurar a convergência da **inflação** à meta. Para analistas, a ata reforçou a avaliação de que a Selic deve se manter no atual patamar pelo menos até o fim deste ano.

O BC também voltou a citar que a política fiscal tem potencial para mexer na curva de juros e na percepção sobre a sustentabilidade da dívida, reforçando a necessidade de as políticas fiscal e monetária estarem em harmonia. Em tom mais firme, a ata enfatizou que o colegiado "mantém a firme convicção de que as políticas devem ser previsíveis, críveis e anticíclicas".

Para os economistas do Itaú Unibanco, a ata sugere implicitamente o acompanhamento desses choques e, no cenário do banco, eles podem somar mais de 1 ponto porcentual à **inflação** de 2027, o que sustenta a manutenção da leitura de juros estáveis nas próximas reuniões. O banco ressalta ainda que alguns elementos centrais também permaneceram inalterados em relação ao **comunicado** anterior, com manutenção da mensagem sobre o tema fiscal e o mercado de trabalho.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Inflação dos EUA sobe acima de projeções

Alta de 0,4% deve forçar o Fed a endurecer política monetária; aumento do preço da gasolina se espalha pela economia

O índice de preços ao consumidor dos EUA subiu 0,4% em outubro, enquanto o núcleo da **inflação**, que exclui alimentos e energia, avançou 0,3%. Ambos os resultados ficaram 0,1 ponto porcentual acima das projeções do mercado. A **inflação** persistente deve obrigar o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) a elevar os juros na próxima reunião, em dezembro.

A pressão dos preços preocupa o Fed, sobretudo diante do consumo aquecido e da alta dos custos de energia, alimentos e transporte.

Christopher Waller, diretor do banco central, afirmou que uma elevação de 0,5 ponto porcentual nos juros, o dobro do ajuste habitual, é possível. "A atividade econômica está forte, o mercado de trabalho está estável, mas a **inflação** está muito alta, bem acima da meta de 2%."

Para Riccardo Trezzi, ex-economista do Fed e fundador da consultoria Underlying Inflation, os dados indicam uma **inflação** disseminada e persistente. Com estimativas para os números que não foram divulgados pelo governo, ele calcula que a **inflação** acumulada em 12 meses chegou a 4% em outubro, ante 3,7% em setembro. "O Fed deveria estar muito preocupado", afirmou.

Neste ano, o Fed manteve os juros inalterados na maior parte das reuniões, mas voltou a elevá-los em setembro. Na reunião de outubro, optou por uma nova pausa. A taxa está hoje entre 3,75% e 4%.

"CONTAMINAÇÃO". A alta dos preços da gasolina - por causa da guerra no Irã - começa a contaminar outros setores, como transporte, alimentação e serviços. Os alimentos subiram 0,4% no mês. Também pesam sobre os custos das empresas as tarifas comerciais e a demanda por componentes e energia impulsionada pelos investimentos em inteligência artificial. A pressão aparece também nos preços da eletricidade, que avançaram 0,9% em outubro, maior alta desde abril.

O aumento dos custos já afeta o comportamento dos consumidores. Chris Butler, presidente da importadora National Tree Company, afirma que seus clientes passaram a limitar os gastos com árvores de Natal a US$ 200, ante os US$ 400 vigentes na pandemia. A empresa também enfrenta despesas maiores com diesel e tarifas comerciais, mas não pretende repassar novos aumentos aos preços.

A **inflação** foi um dos principais temas nas eleições de meio de mandato da semana passada, em que os democratas conquistaram vitórias expressivas para o Congresso.

Apesar do crescimento econômico e do desemprego baixo, a **inflação** continua pressionando o orçamento das famílias. "Pode não ser uma recessão, mas, se você vive de salário em salário e vê os preços da gasolina, dos alimentos e do aluguel subirem, não vai ter a sensação de que a economia vai bem", disse Jim Baird, diretor de investimentos da Plante Moran Financial Advisors.

AP

Resultado americano pressiona dólar, que tem a maior alta em 15 meses

O dólar disparou ontem e terminou em alta de 1,46%, a R$ 5,58, maior valor desde 31 de julho de 2025. A moeda americana acumula ganho de 2,6% nos seis primeiros pregões de novembro, depois de valorização de 5,2% em outubro, em razão da disparada de 9,04% na última semana do mês, sob o impacto do desfecho da corrida presidencial. O dia foi marcado por valorização global da moeda americana e escalada das taxas dos Treasuries (títulos da dívida americana), após dados de **inflação** ao consumidor e falas duras de dirigentes do Fed sugerirem a possibilidade de aperto monetário mais intenso nos Estados Unidos.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Desconfie de solução simples para questão complexa, diz Galípolo

MATHEUS DE SOUZA matheus.silva@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

Presidente do BC afirma que dívida pública em reais não garante juro menor

Opresidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse ontem que a política monetária precisa considerar não só a **inflação** corrente, mas a percepção de risco dos investidores, construída ao longo de décadas de instabilidade econômica e desvalorizações cambiais. Ele participou ontem de um evento da Associação Brasileira de Câmbio (Abracam), em São Paulo.

Segundo Galípolo, a memória de sucessivos choques cambiais continua influenciando a forma como investidores avaliam os ativos brasileiros. Mesmo em períodos de maior estabilidade, a possibilidade de nova desvalorização do real entra na conta de quem decide aplicar no país, afirmou. Para ele, esse componente de risco não desaparece apenas com reformas técnicas ou mudanças no funcionamento do mercado.

Na palestra, o presidente do BC contestou a interpretação de que o fato de a dívida pública brasileira ser predominantemente denominada em reais eliminaria parte importante do risco para os investidores. Para ele, tanto residentes quanto estrangeiros comparam os retornos dos ativos brasileiros com alternativas disponíveis no mercado internacional, inclusive aplicações em dólar.

- Toda vez que tiver um problema complexo, que tem aí há muitos anos, e alguém apresentar uma solução simples, desconfie -disse.

Na apresentação, Galípolo abordou a relação entre câmbio, credibilidade e juros no Brasil. Argumentou que a percepção de risco dos investidores não depende só de fatores técnicos, mas também da memória de episódios de instabilidade econômica e cambial.

- A credibilidade é construída com tempo -afirmou. - Você só vai conseguir, com toda a credibilidade, uma redução duradoura do risco percebido se você conseguir passar um período longo sem a ocorrência do choque.

Galípolo chamou atenção para a composição da dívida pública brasileira e para o peso crescente dos títulos pós-fixados, atrelados à taxa básica de juros. Segundo ele, esse cenário aumenta a importância da política monetária na dinâmica de financiamento do país.

"REMÉDIO CAVALAR"

Ele comparou o papel do BC no combate à **inflação** à administração de um "remédio cavalar", cujos efeitos são considerados menos prejudiciais do que permitir que a doença avance. Na semana passada, o BC interrompeu o ciclo de queda dos juros e manteve a taxa básica em 13,75% ao ano.

A comparação foi feita ao abordar o papel da política monetária diante de uma **inflação** persistente. Na avaliação do presidente do BC, os juros elevados podem provocar efeitos adversos sobre a atividade econômica, mas o custo de não combater a alta de preços pode ser ainda maior.

-O papel do Banco Central é o de um médico que não é um clínico geral. É de uma doença específica, chamada **inflação**, e que sempre demanda dar doses cavalares de antitérmico para o paciente. Tem consciência de que o antitérmico tem doses cavalares, tem efeitos colaterais para o paciente, mas esses efeitos colaterais são menores do que deixar a doença desnaturar o paciente. Eventualmente, a dose vai ser maior -afirmou.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Espaço estreito para discutir ajuste

A sinalização que o governo vai buscar o centro da meta fiscal nos próximos quatro anos é a principal medida de um projeto de lei complementar em fase final de elaboração pela área econômica do governo na noite desta terça-feira, para ser entregue ao Congresso Nacional. Há outras propostas em preparação.

Segundo um técnico a par das discussões, o cardápio em estudo tem potencial de satisfazer os integrantes do mercado que pressionam por uma condução mais austera das contas públicas. A questão é saber quais medidas receberão sinal verde do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para ver a luz do dia.

Esse afunilamento é deve ocorrer a partir da semana que vem, após a viagem presidencial à Turquia e às Filipinas. Porém, os relatos nos bastidores dão conta que esse debate não está entre as prioridades de Lula.

O espaço para discutir medidas de ajuste nas contas públicas é estreito.

Se é urgente dar ao mercado sinais de uma condução das contas públicas que seja crível e aponte para a estabilização da dívida pública, de outro o resultado das urnas faz com que integrantes do partido do presidente, o PT, classifiquem como "estelionato eleitoral" qualquer esforço de ajuste. A equipe econômica se equilibra entre essas duas pressões.

A primeira coisa que Lula disse ao ser reeleito é que mudaria a forma de governar, e isso é objeto frequente das conversas que mantém com sua equipe: como atender melhor as pessoas que se mobilizaram e lhe deram uma virada inédita do primeiro para o segundo turno das eleições.

O bem-estar social está no centro das atenções do presidente também por causa dos protestos de rua na França. Lá, a carestia é combustível para as manifestações, assim como a falta de investimentos em educação e medidas de ajuste fiscal como o congelamento dos salários do funcionalismo.

Nesse embate, os ministros da Fazenda, Dario Durigan, e do Planejamento, Bruno Moretti, têm batido na tecla que é preciso racionalizar despesas para dar suporte às políticas sociais. Este foi o pensamento que Lula expressou em seu pronunciamento em cadeia de

TV no último domingo.

"A trajetória da dívida pública e os juros altos me preocupam, por isso reafirmo meu compromisso com a responsabilidade fiscal, para viabilizar políticas sociais sustentáveis e a ampliação tão necessária do investimento", afirmou. "Todo esse esforço será feito preservando as regras fiscais."

A busca é por um desenho que concilie responsabilidade fiscal e políticas sociais, como mostra a série de reportagens que começou a ser publicada esta semana neste jornal.

Um laboratório está no Piauí, governado por Rafael Fonteles (PT), um dos cotados para ocupar o Ministério da Fazenda.

Lá, foi adotada uma versão estadual do arcabouço fiscal: a cada ano, as despesas crescem ao ritmo de 70% do aumento da Receita Corrente Líquida (RCL) - são as receitas menos os abatimentos legais - limitado a 2,5% acima da **inflação**. Além disso, as despesas não podem ultrapassar 95% da RCL, porque 5% são direcionados a investimentos.

Os recursos para investir são engordados com operações de crédito, contou à coluna o secretário de Fazenda do Estado,

Emílio Joaquim de Oliveira Júnior. Assim, é possível ter uma execução mais acelerada do que se fossem utilizados apenas recursos próprios. "Ao fazer os investimentos, você já tem a população satisfeita: o comerciante vai levar sua mercadoria mais barato e aquilo aumenta, melhora o **PIB**, melhora a arrecadação de imposto, melhora a renda da população."

O endividamento do Estado é hoje equivalente a 63% da RCL, abaixo do limite de 200%.

Na área social, o Estado precisa direcionar 12% de sua RCL para a área de saúde, mas atualmente gasta 14,5%, informou o secretário.

As despesas com educação, ao fim do ano, deverão alcançar o mínimo legal de 25% da RCL. O Estado coleciona bons indicadores, refletindo o fato de todas as escolas funcionarem em tempo integral. No ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para o ensino médio, o Estado ficou em segundo lugar, com nota 5, perdendo apenas para os 5,1 do Paraná.

A difícil busca do equilíbrio entre o ajuste fiscal e a proteção social faz lembrar um debate que houve na virada do primeiro para o segundo mandatos de Lula. As contas públicas estavam no azul e discutia-se a possibilidade de o país perseguir o déficit nominal zero, ou seja, alcançar o equilíbrio mesmo após pagar juros. Aos poucos, porém, os debates foram cedendo lugar para o que se tornou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Naquela época como hoje, investir mais segue no foco de Lula, que durante a campanha contrapôs essa ideia à "babaquice" de se buscar superávit nas contas públicas.

Agora, porém, a demanda não é mais por grandes obras, como na versão inicial do PAC, mas por programas sociais. "Iremos aprofundar a política nacional de cuidados [com os idosos]", disse Lula em seu pronunciamento. Também reafirmou a ideia de universalizar a escola em tempo integral e o programa Pé-de-Meia, inclusive sua versão universitária. É também com esses programas que o ajuste precisará conviver.

Inflação nos EUA acima do esperado amplia pressão sobre Trump

A **inflação** nos Estados Unidos ficou acima do esperado no mês passado, e a alta dos preços que impulsionou a vitória esmagadora dos democratas nas eleições de meio de mandato na semana passada, parece destinada a continuar impondo desafios à Casa Branca e ao Federal Reserve (Fed).

O índice de preços ao consumidor (IPC) subiu 0,4% de setembro para outubro, informou o Departamento do Trabalho ontem. O número, mesmo assim, ficou abaixo da alta registrada no mês anterior, de 0,6%.

Excluindo os itens voláteis de alimentos e energia, os preços subiram 0,3%, o mesmo que no mês anterior. Os dois números ficaram um décimo de ponto percentual acima das previsões e, em ritmo anualizado, estariam bem acima da meta de 2% do Fed.

O governo não divulgou a taxa anual de **inflação** porque a paralisação do governo no ano passado impediu a divulgação de dados referentes a outubro de 2025, mas Ricardo Trezzi, fundador da consultoria Underlying Inflation e ex-economista do Fed, estima que os preços subiram 4% em 12 meses, em comparação a 3,7% em setembro. O núcleo da **inflação**, que exclui os preços de alimentos e energia, subiu 2,8%, ante 2,6%, segundo ele.

"É preocupante. Há uma sensação de que a **inflação** é generalizada, persistente e que está um pouco em toda parte", afirmou Trezzi. "O Fed deveria ficar muito preocupado."

Com os novos dados, cresceu a preocupação de que a alta na **inflação** se prolongue para além do aumentos temporários nos preços dos combustíveis, em meio aos fortes gastos de consumidores e empresas, combinados com a alta dos preços da gasolina e as interrupções no abastecimento provocadas pelas tarifas e pelas turbulências globais. A economia cresceu a uma taxa anualizada de 3,4% no trimestre de julho a setembro, impulsionada pelos gastos do consumidor.

As dificuldades dos americanos com os preços elevados ficaram evidentes na semana passada, quando eles destituíram a maioria republicana na Câmara e no Senado. O presidente Donald Trump reconheceu a insatisfação dos eleitores com a guerra no Irã e os preços da gasolina, mas até agora não deu sinais de que pretende mudar de rumo.

Os preços da gasolina subiram 1% de setembro para outubro, segundo o governo. Foi uma alta expressiva, mas ainda assim muito inferior à registrada nos meses anteriores. A gasolina acumula uma alta de mais de 37% em relação a um ano atrás. Ainda assim, os preços do petróleo caíram nos últimos dias, diante das esperanças de que o conflito com o Irã esteja perdendo força, e os preços da gasolina recuaram neste mês.

Há, porém, sinais de que os preços mais altos da energia estão se espalhando para outras áreas da economia, com aumentos expressivos nas tarifas aéreas, no transporte público e nos serviços de entrega. Os preços da eletricidade subiram 0,9% de setembro para outubro, a maior alta desde abril, enquanto os preços dos alimentos nos supermercados subiram 0,4%, uma alta dolorosa após anos de reajustes.

Além da **inflação**, outros indicadores mostram que a economia está, em grande medida, se saindo bem. A taxa de desemprego é baixa, de 4,1%, e o crescimento segue estável. Ainda assim, os preços elevados deixaram a maioria dos americanos com uma visão pessimista da economia.

"Pode não ser uma recessão, mas se você continua vivendo de salário em salário e vê os preços da gasolina, dos alimentos e do aluguel subirem, não vai sentir que está em uma economia robusta", diz Jim Baird, diretor de investimentos da Plante Moran Financial Advisors.